

ANO 56
226
março 2009

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

Sistema
FIEG



ENTREVISTA

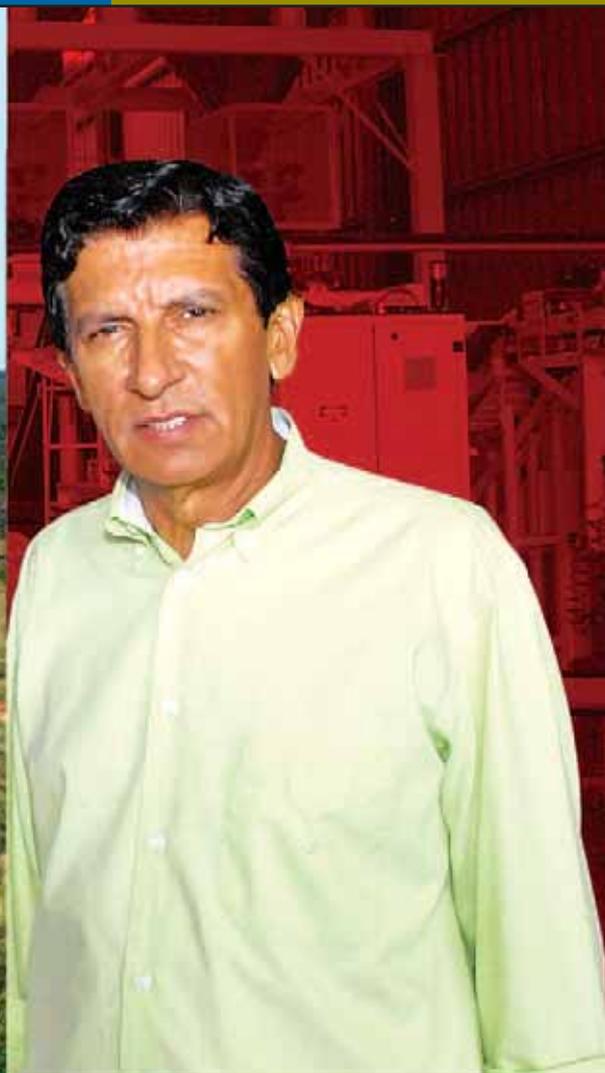
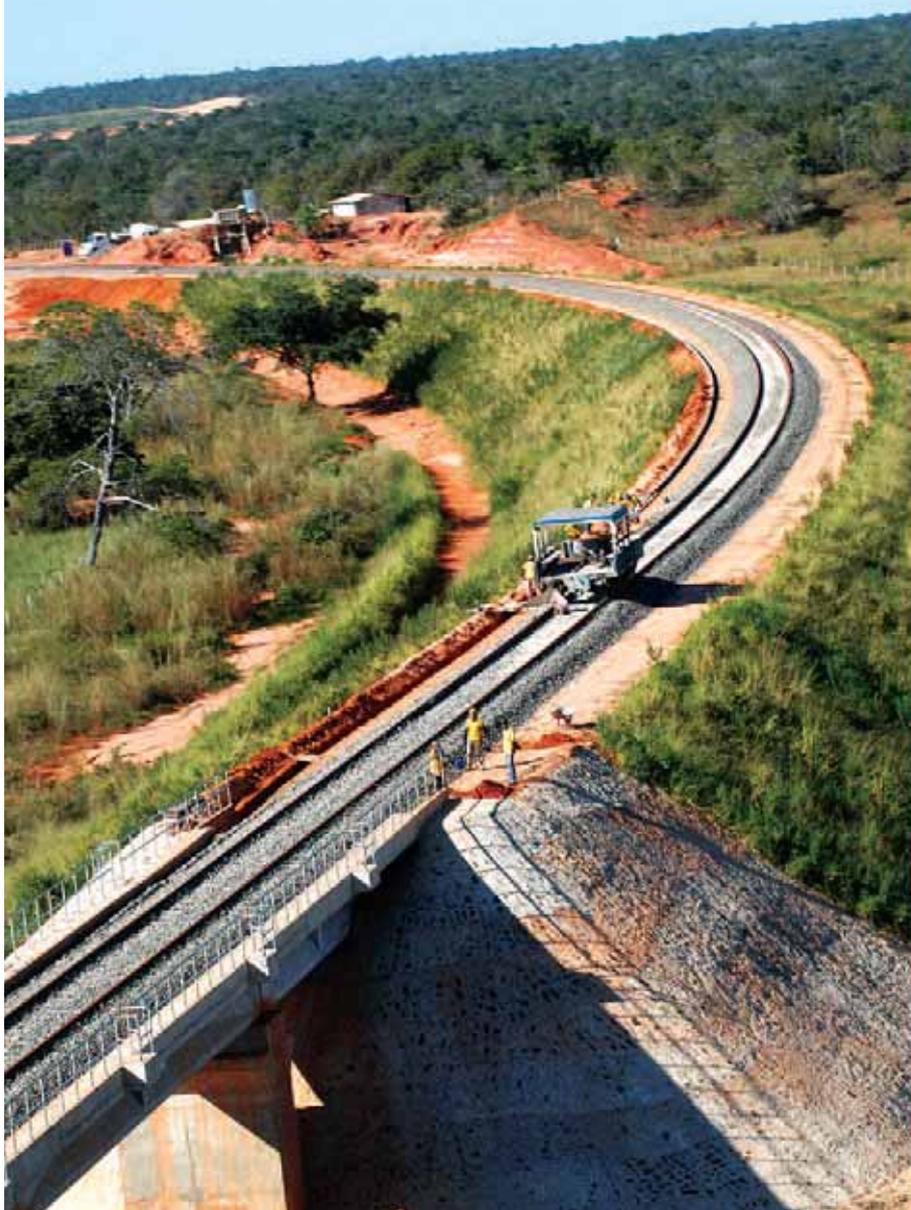
PPP atrairá investimento em 2010, diz Isaac Averbush, do Ministério do Planejamento

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

NORTE-SUL, O CAMINHO PARA UM NOVO MODELO DE CRESCIMENTO

Apesar da crise, Valec assegura que obras da ferrovia entre Palmas e Anápolis serão entregues até dezembro do próximo ano



Walterdan Madalena, da Cristal Alimentos: crescimento entre 15% e 20% em 2009

A RECEITA PARA CONTINUAR CRESCENDO EM PLENA CRISE

Paralisadas pela crise, as empresas refazem seus planos e se preparam para tempos mais duros, já dando como certo o desaquecimento da economia

Agende-se com o futuro Feiras 2009

Confira a programação de feiras da Rede CIN e invista no mercado internacional

As missões da Rede CIN são uma grande oportunidade para as empresas brasileiras entrarem em contato com o mercado global, conhecerem melhor os concorrentes e ampliarem as oportunidades de negócios no exterior.

- ✓ **Cosmoprof**
Higiene, perfumaria e cosmético
Bologna, Itália
1 a 7 de Abril
- ✓ **Hannover**
Tecnologia e automação
Hannover, Alemanha
17 a 25 de Abril
- ✓ **Alimentaria**
Alimentício
Lisboa, Portugal
17 a 24 de Abril
- ✓ **Salone Internazionale del Mobile**
Móveis
Milão, Itália
20 a 26 de Abril
- ✓ **Bread & Butter**
Têxtil e confecções
Barcelona, Espanha
29 de Junho a 4 de Julho
- ✓ **Luanda (FILDA)**
Multisetorial
Luanda, Angola
13 a 20 de Julho
- ✓ **Anuga**
Alimentício
Colônia, Alemanha
8 a 15 de Outubro
- ✓ **Canton**
Multisetorial
Guangzhou, China
13 a 20 de Outubro
- ✓ **Feira Internacional de Havana (FIHAV)**
Multisetorial
Havana, Cuba
1 a 8 de Novembro

Mais informações:

Centro Internacional de Negócios de Goiás – CIN/FIEG
Av. Araguaia, nº 1.544, 3º Andar, Edifício Albano Franco, Casa da Indústria, Vila Nova Goiânia-GO – (62) 3219-1488
cin@sistemafieg.org.br
www.sistemafieg.org.br



Centro Internacional de Negócios de Goiás



Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios
International Business Centers - Brazilian Network





Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

“Seu efeito desenvolvimentista tem tudo para extrapolar as mais otimistas previsões, daí nosso dever de empenhar-nos pela superação de todos os desafios surgidos”

A realidade da Ferrovia Norte-Sul

Situamo-nos entre aqueles que consideram a Ferrovia Norte-Sul ainda mais importante do que se imagina, para Goiás, o Centro-Oeste e o Brasil. Na visão do empreendedorismo, ela merece inclusão no rol das prioridades da gestão pública, na atualidade e nos próximos anos.

Seu efeito desenvolvimentista tem tudo para extrapolar as mais otimistas previsões, daí nosso dever de empenhar-nos pela superação de todos os desafios surgidos, até sua completa construção.

Constituindo a base de sustentação do projeto Corredor Centro-Norte, a Norte-Sul interessa diretamente aos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, de Mato Grosso e Goiás, além do Distrito Federal. Seu término e operação motivarão o surgimento, nessas unidades federativas, dentre outros, de megaprojetos de mineração, florestamento, siderurgia, metalurgia, cimento, calcário, fertilizantes e etanol, além de estimular a ampliação da produção de grãos e de outros produtos agropecuários, por constituir garantia de seu escoamento ao porto de Itaquí, no Maranhão.

Some-se a essa alentadora constatação a anunciada intenção do governo federal de interligar a Norte-Sul à Ferronorte, passando pelo Sudoeste goiano, a maior região produtora de

grãos de Goiás, e estendendo-a a Santa Fé do Sul, em São Paulo.

Trata-se de um aval extraordinário à importância da obra, iniciada há mais de 20 anos e em implantação com recursos do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) do governo Lula. Com tal acréscimo, a ligação do porto de Santos, em São Paulo, ao porto de Itaquí, passaria de sonho a realidade, viabilizando grandes empreendimentos industriais e um novo corredor de importação/exportação para o País. Seria o eixo central do sistema logístico ferroviário nacional, permitindo um modelo novo de crescimento, contemplando descentralização e novas oportunidades de geração de riquezas fora dos polos mais dinâmicos da economia brasileira. Se o original da Norte-Sul incluía 1.574 quilômetros de trilhos, ganhou mais 680 quilômetros entre Anápolis e Estrela D'Oeste, no Noroeste paulista.

A Goiás Industrial apresenta, nesta edição, um balanço da realidade e dos projetos a serem executados na Norte-Sul. A palavra é da Valec, responsável pelas obras em território goiano, discorrendo sobre seu prosseguimento depois dos efeitos da crise financeira mundial sobre o Brasil.

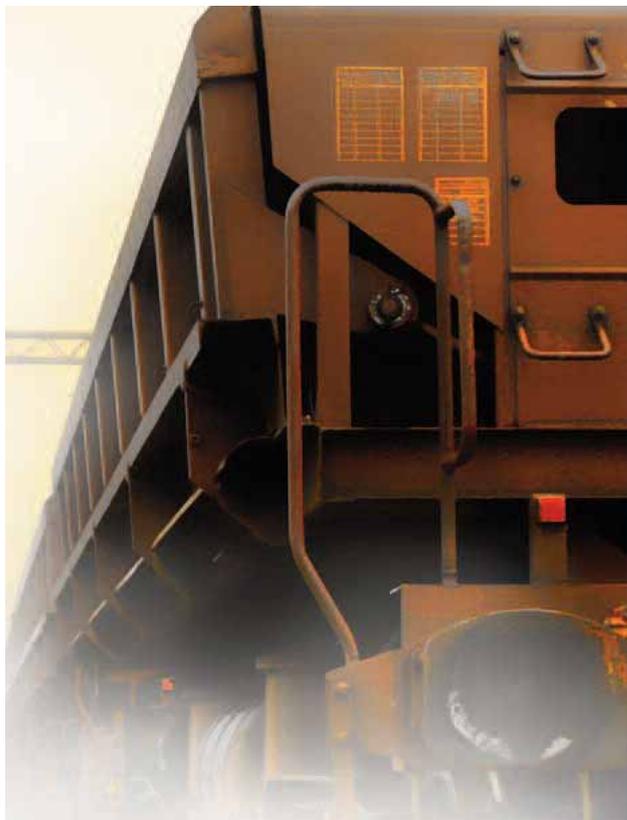
Desses levantamentos, constam os preparativos do Porto Seco e da

Plataforma Logística de Anápolis para atender ao aumento de cargas previsto para quando a Norte-Sul entrar em operação.

Somente aquela região, segundo estudo encomendado pela Superintendência do Porto Seco, tem potencial para gerar 980 mil toneladas de cargas/ano, com os estímulos adequados e o suporte da ferrovia. Isso significaria multiplicar por quatro a movimentação atual pelo porto, que é de 240 mil toneladas/ano.

Outra boa perspectiva: para funcionarem como polos de operação logística, ao longo da ferrovia, está prevista a instalação de 13 plataformas de integração intermodal. Cinco serão em Goiás, com a mais ampla delas considerada por antecipação a de maior porte no País, planejada para se localizar entre Goianira e Inhumas. ■





CAPA

26 A crise adiou os leilões da subconcessão do trecho entre Palmas (TO) e Estrela D'Oeste (SP) para o final do ano, mas a União reservou R\$ 1,675 bilhão para as obras da Ferrovia Norte-Sul – o que não é garantia de que os recursos serão integralmente investidos. Até o momento, só foram concluídos 696 quilômetros de trilhos, perto de 31% da ligação desde Açailândia ao interior paulista. Mas, quando estiver pronta, a via se tornará o eixo central do sistema logístico ferroviário do País, criando a oportunidade para a adoção de um modelo novo de crescimento.



A INDÚSTRIA E A CRISE

38 Em doses combinadas de ousadia, planejamento e foco no negócio, empresas e setores da indústria têm conseguido não só escapar da crise financeira, como anunciam a expansão de seus negócios, com novos investimentos. Como ponto em comum, são empresas que atuam em segmentos do mercado, como a indústria de alimentos e da construção, menos afetados pelo desaquecimento.

índice

ENTORNO DE BRASÍLIA

22 A consolidação de arranjos produtivos locais na região do Entorno do Distrito Federal vem criando oportunidades de emprego e renda, com a capacitação de 3 mil pessoas até aqui, entre outras ações. Em Luziânia, num exemplo, a área destinada ao plantio de maracujá praticamente dobrou. Novos recursos estão a caminho para reforçar os R\$ 3,5 milhões já investidos.

FORMAÇÃO GRATUITA

14 Atento às reais necessidades das indústrias, num cenário que poderá ser de dificuldades econômicas, o Senai Goiás decidiu ampliar a oferta de capacitação, especialmente em cursos gratuitos de aprendizagem industrial voltados à formação para o primeiro emprego e ao aprimoramento profissional para garantir aos trabalhadores melhores condições de empregabilidade.

ENTREVISTA

8 Isaac Pinto Averbush, diretor da unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério do Planejamento, espera acelerar, neste ano, a formatação de PPPs para que, em 2010, já livre da crise, o País possa receber um volume importante de investimentos. Averbush relaciona projetos em gestação ou em fase final de formatação, como de fruticultura e irrigação, do novo data center do Banco do Brasil e da Caixa, implantação de metrô urbanos e até satélites.

PRÊMIO TOP ESTAGIÁRIO

12 Vencedor nas fases regional e nacional do Prêmio IEL TOP Estagiário, Robson Fernandes Athanásio de Aguiar, estudante de jornalismo e estagiário do Núcleo de Apoio ao Aluno Portador de Necessidades Especiais da Faculdade Alfa, com o projeto Tecnologia Assistiva. O software Jaws lê e converte em voz humana simulada o conteúdo da página web da instituição, tornando-a acessível a deficientes visuais, como o próprio Robson.



EDUCAÇÃO

18 Júlia Bezerra deixou o sertão nos anos 70, aos 21 anos, com os pais e 11 irmãos, para tentar ganhar a vida na cidade. Hoje, 32 anos depois, comemora sua conquista mais recente: entrar para o 1º ano do ensino médio da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia. Como ela, mais de 20,3 mil pessoas terão neste ano acesso ao ensino gratuito.



GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,

Geraldo Neto, Débora Orsida,

Divina Rosa,

Jávier Godinho

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Silvio Simões

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

SBF Produções

Sebastião Batista Filho

(62) 3293-2159

(62) 3233-1352

Fotolito e impressão

Gráfica Talento

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente: Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Paulo Afonso Ferreira

Superintendente:

Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana

Superintendente: Paulo Galeno

Paranhos

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana

Superintendente: Paulo Galeno

Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Marley Antônio da Rocha

Joviano Teixeira Jardim

Frederico Martins Evangelista

Jorge Luiz Biasuz Meister

Alúcio Quintanilha de Barros

João Essado

Flávio Paiva Ferrari

Eduardo Cunha Zuppani

Laerte Simão

Luiz Antônio Vessani

José Vieira Gomide Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Fábio Rassi

Sávio Cruvinel Câmara

Elton Teles de Campos

José Luiz Martin Abuli

Eurípedes Felizardo Nunes

Aldrovando D. de Castro Júnior

José Magno Pato

Domingos Vilefort Orzil

Roberto Guimarães Mendes

Raimundo Viana Dutra

Carlos Alberto Diniz

Humberto Rodrigues de oliveira

Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Álvaro Otávio Dantas Maia

Aurelino Antônio dos Santos

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos José de Moura Júnior

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto Viana

César Helou

Cyrol Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Domingos Vilefort Orzil

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Elton de Teles Campos

Emílio Carlos Bittar

Emani Martins Almeida

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Francisco de Paula e Silva

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hélio Naves

Heno Jácomo Perillo

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jairo França

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorcelino José Nunes Neto

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Francisco de Souza

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Romoaldo Maranhão Neto

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Carlos de Moura

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Manoel Paulino Barbosa

Mário Drummond Diniz

Marley Antônio Rocha

Mário Renato Guimarães Azeredo

Moacyr Rabello Leite Neto

Nelson Pereira dos Reis

Onofre Andrade Pereira

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Roberto Elias de Lima Fernandes

Rubens Luiz Bernardes

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Sebastião Elias Barbosa

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático

de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático

de Infraestrutura

Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Vice-Presidente

Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política

Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Vice-Presidente

Marley Antônio da Rocha

Conselho Temático de Relações

do Trabalho

Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Vice-Presidente

Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e

Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de

Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Sousa Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de

Agronegócios

Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha

Vice-Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira

Conselho Temático de Comércio

Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Heribaldo Egídio

Vice-Presidente

Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Heribaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092 / Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515 / Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473 / Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Emani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412 / Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900 / Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885

sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmouveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456 / Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794 / Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua I.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3092-4477
agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia-GO
Fone (62) 3095-5155 / Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

Anápolis

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Gonçalves

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

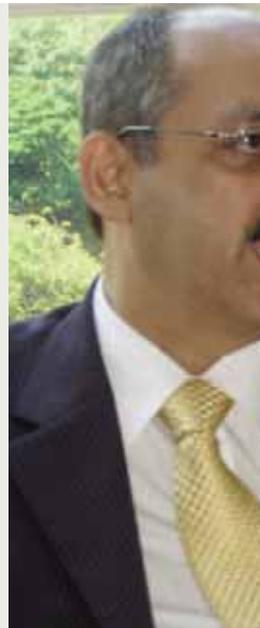
SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

À espera de 2009

■ Lauro Veiga Filho

Apesar da crise e por causa da crise, os investimentos em Parcerias Público Privadas (PPP) deverão deslançar, de forma mais importante, apenas a partir do ano que vem. “Se todos os projetos vingarem, teremos um fluxo de investimentos interessante, talvez não para 2009, porque o processo de modelagem demora um pouco, mas possivelmente para 2010”, prevê Isaac Pinto Averbush, diretor da unidade de Parcerias Público Privadas do Ministério do Planejamento. Na verdade, essa não chega a ser uma estimativa pessimista, porque leva em consideração, aponta Averbush, um conjunto diversificado de projetos, alguns em gestação, outros em fase final de formatação.



“Outros projetos estão sendo modelados, como é o caso do data center do Banco do Brasil e do Projeto Pontal, na área de irrigação. De certa forma, trata-se de um projeto pioneiro no mundo, em função de sua modelagem”

Goiás Industrial - A legislação que regula as Parcerias Público Privadas (PPP) vigora desde 2004. Desde lá, qual o balanço que pode ser feito da aplicação dessa ferramenta? Quais os destaques e quais os desafios que ainda permanecem para consolidação das PPP?

Isaac Pinto Averbush - Embora para alguns o balanço seja ainda modesto, eu o considero positivo. Porque as PPPs, como são uma ferramenta nova de atração de investimentos no Brasil, envolvem um processo de aprendizado e também de mudança de cultura e até de mentalidade em relação aos investidores e também em relação àqueles que decidem de que forma atrair investimentos. Talvez os que consideram o balanço modesto tivessem uma expectativa mais ambiciosa em relação à velocidade da atração desses investimentos. Mas, na verdade, a lei é de dezembro de 2004 e, depois disso, veio o decreto que a regulamenta e define alguns procedimentos. Outros países passaram também por esse processo de aprendizado. Ao longo desse tempo, foram modelados alguns projetos, que o governo decidiu fazer por meio de concessão convencional, como foram os casos da Ferrovia Norte-Sul e da BR-116/324, no trecho da Bahia. Outros projetos estão sendo modelados, como é o caso do data cen-

ter do Banco do Brasil e do Projeto Pontal, na área de irrigação, em Petrolina. De certa forma, trata-se de um projeto pioneiro no mundo, em função de sua modelagem.

Goiás Industrial - Como os Estados têm participado desse processo?

Averbush - Ao mesmo tempo em que prepara esses projetos, o governo desenvolve uma atividade de apoio aos Estados. Firmamos um convênio com o governo da Bahia; estamos em vias de assinar convênio com o Piauí, para ajudar na modelagem de projetos; e estamos com negociações bem adiantadas com o Estado de Sergipe. Paralelamente, devemos firmar convênio com a Agência Espacial, temos discussões com outros ministérios, como o da Defesa, da Marinha, das Cidades, neste último caso, envolvendo metrô urbanos. Temos realizado um trabalho de divulgação e os Estados, de forma geral, têm respondido de forma muito positiva. Alguns já têm seus próprios programas de PPP, alguns com contratos assinados, como é o caso de Minas Gerais e São Paulo. No primeiro caso, o governo mineiro tem o projeto da rodovia MG-50, prepara a licitação para um complexo penitenciário. Em São Paulo, há a estação de esgoto da Sabesp e a linha quatro do



“A grande vantagem das PPP está na área de gestão. Consegue-se prestar melhores serviços à população ou ao próprio governo, quando ele é o demandante, de forma mais eficiente e mais eficaz”

metrô. Em Pernambuco, há também um complexo penitenciário em licitação e já está licitada a construção de uma ponte para viabilizar um complexo turístico. A Bahia contratou a construção do emissário submarino de Salvador. Dessa forma, aos poucos, essa metodologia vai se propagando no País. Algumas cidades já têm feito (contratos para PPP), como o caso de Rio Claro/Rio das Ostras, na área de saneamento básico.

Goiás Industrial - Para Goiás já há projetos previstos?

Averbush - Não sei se o governo do Estado tem alguma coisa nesse sentido. Mas, se houver disposição do governo estadual, podemos iniciar uma parceria para ajudar o Estado no que for preciso. Estamos abertos a isso.

Goiás Industrial - Como se deu esse processo em países que têm experiências na área de PPP?

Averbush - As PPP foram um instrumento criado na Inglaterra durante um período de grande restrição fiscal. Nos primeiros anos também foi difícil deslanchar o processo.

Depois eles perceberam que a maior vantagem das PPP não é de caráter fiscal, ou seja, o fato de o governo não ter dinheiro, precisar fazer investimentos e precisar atrair o setor privado. A grande vantagem das PPP está na área de gestão. Consegue-se prestar melhores serviços à população ou ao próprio governo, quando ele é o demandante, de forma mais eficiente e mais eficaz. Isso significa prestar melhores serviços de forma mais barata, um serviço que realmente chega ao destinatário. Os projetos de PPP entram em funcionamento, com muito mais frequência, dentro do prazo previsto do que os projetos de obras públicas contratadas da maneira convencional e cumprem o orçamento também com muito mais frequência. Há uma vantagem clara sob o ponto de vista da gestão. Além disso, no caso do Brasil, dificilmente se faz uma avaliação completa dos projetos quando eles atrasam. Normalmente, quando se calcula o custo de um projeto, verifica-se quanto custou a obra física. Quando há atrasos, ninguém calcula os juros sobre o capital empatado, que não estará rendendo nada porque a rodovia ou o hospital não entrou em operação no prazo contratado. Há ainda o cus-

to do serviço não prestado, que também não entra nesses cálculos. A obra mais cara é aquela que nunca acaba, porque não entra em funcionamento e não produz nenhum resultado. As PPP, então, são uma forma muito interessante de garantir a entrada da obra em operação dentro do prazo estabelecido em contrato e dentro do orçamento previsto.

Goiás Industrial - Não há possibilidade de falhas?

Averbush - Voltando à experiência internacional, há uma vantagem para o Brasil no fato de não sermos pioneiros nesse setor, porque pudemos aprender com os erros alheios e evitar cometer os mesmos equívocos. Conhecemos experiências malsucedidas em um ou outro país e, na legislação brasileira e na modelagem dos contratos, temos procurado evitar os mesmos erros.

Goiás Industrial - Quais os exemplos de equívocos evitados pelo País, nesta área?

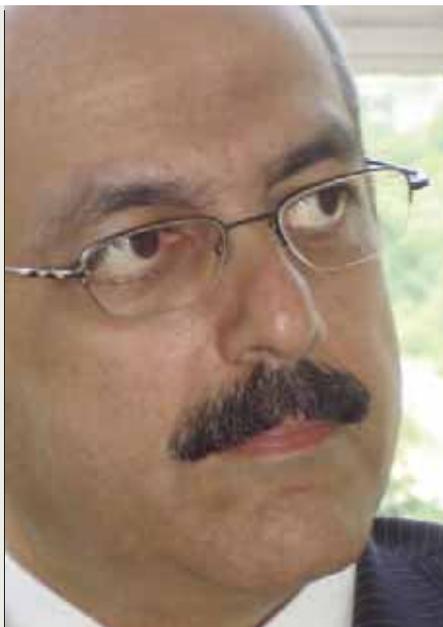
Averbush - Às vezes a questão não é necessariamente legal, mas de modelagem do contrato, de desconhecimento do funcionamento do



mercado, sobre como os empresários que vão contratar o serviço se comportam. Um exemplo disso ocorreu em Portugal. O governo português contratou PPP para a construção, ampliação, operação e manutenção de estradas e os estudos de demanda indicavam que o tráfego seria modesto e que o governo precisaria complementar as receitas de pedágio. Os contratos fechados previam que, para cada carro que passasse na rodovia, o governo complementaria com uma determinada importância, num sistema conhecido como “shadow toll” ou “pedágio sombra”. Com a entrada do país na então Comunidade Econômica Européia, Portugal cresceu de forma acelerada e houve verdadeira explosão de demanda nas rodovias. Então, estradas que poderiam ser auto-sustentáveis, via concessão, o governo começou a pagar contraprestação para o serviço, sem necessidade para isso. Adicionalmente, os gastos com a contraprestação extrapolaram em muito o orçamento previsto. São erros na modelagem do projeto porque o governo assumiu riscos de demanda de forma inadequada, gerando prejuízos para o Tesouro português. Esse tipo de equívoco não se comete mais.

Goiás Industrial - Essa questão da contraprestação gerou polêmica no início, com debate em torno de qual deveria ser o nível de participação do Estado e também em relação às garantias. Que tipo de solução foi encontrada em outros países e como essas questões estão encaminhadas no Brasil?

Averbush - Sobre a questão das garantias, quando a lei foi aprovada, o País não tinha recebido ainda o grau de investimento pelas agências de classificação de risco e não dispunha, da mesma forma, de uma situação fiscal, digamos assim, tão confortável como tem hoje. Isso não quer dizer que a situação esteja folgada, mas a realidade há quatro anos era bem mais di-



“A OBRA MAIS CARA É AQUELA QUE NUNCA ACABA, PORQUENÃO ENTRA EM FUNCIONAMENTO E NÃO PRODUZ NENHUM RESULTADO. AS PPP SÃO UMA FORMA DE GARANTIR A ENTRADA DA OBRA EM OPERAÇÃO DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO E DENTRO DO ORÇAMENTO PREVISTO”

ficil do que atualmente em termos de equilíbrio fiscal. Então, o Brasil precisava realmente oferecer garantias para os investidores, caso contrário eles não teriam segurança para investir. O governo criou o fundo garantidor de parcerias público privadas, composto por várias formas de garantias, inclusive imóveis. Mas preferiu integralizar parte de seu capital, dentro do limite previsto em lei, com títulos mais líquidos. Para o empresário, uma garantia em imóveis não tem tanta liquidez e não seria atrativa. O governo decidiu integralizar o capital daquele fundo basicamente com títulos da dívida pública, que são bastante líqui-

dos, e ações de empresas “blue chips” (de primeira linha) ainda em poder do governo federal, como papéis da Companhia Vale do Rio Doce ou da Eletrobrás, que são cotadas em bolsas, inclusive em Nova York. São companhias sujeitas a um nível de governança bastante seguro, o que as torna interessantes para a iniciativa privada. Dessa forma, foi possível oferecer uma garantia sólida e atrativa para investidores privados.

Goiás Industrial - Qual o capital do fundo atualmente?

Averbush - O fundo pode atingir até R\$ 6 bilhões, que é o limite que está na lei. Hoje, como o fundo é formado também por ações, que passam por momentos de intensa flutuação nas bolsas, torna-se difícil fazer uma estimativa. Mas deve estar em torno de R\$ 2 bilhões, que é um valor bem razoável.

Goiás Industrial - Em relação à contraprestação, isso será decidido caso a caso?

Averbush - Sim, essa será uma decisão tomada caso a caso, dependendo não só da modelagem do contrato, como também do leilão no momento da licitação. Entre os critérios que a lei estabelece para seleção do parceiro privado está a exigência de escolha daquele que cobrar a menor contraprestação. O sucesso da PPP depende efetivamente em maior grau de leilões competitivos do que da modelagem em si. O fator chave realmente é a competição no momento da licitação.

Goiás Industrial - Qual a expectativa do governo em relação às PPP, daqui para frente, numa fase que se espera grandes dificuldades econômicas?

Averbush - Temos a expectativa, com certeza, de atrair investimentos. Primeiro, você tem capital no Brasil, temos dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil, via fundos constitucionais, fora capitais dos fundos de pensão, que se encontram em situação bastante sólida, capitalizados para fazer investimentos - e as

PPP são particularmente atrativas para fundos de pensão, porque asseguram fluxo de receitas de longo prazo. O Brasil hoje é um dos favoritos do mercado internacional para investimentos na América Latina, juntamente com Colômbia, Chile, México. Isso não quer dizer que não sentiremos os efeitos da crise, mas outros países sentirão mais do que nós. Mas continuará havendo um fluxo interessante de investimentos no Brasil.

Goiás Industrial - Há alguma estimativa sobre investimentos realizados ou já contratados por meio de PPP no País?

Averbush - Seria preciso fazer um levantamento nos Estados. No caso do governo federal, os projetos modelados para PPP foram transformados em processos de concessão convencionais. Estamos terminando o projeto do Pontal e do data center do BB. Neste ano, devemos começar a modelar outros projetos, se a Marinha decidir alguma coisa, se o Ministério das Cidades for adiante com os entendimentos, idem na Agência Espacial. Se todos os projetos vingarem, teremos um fluxo de investimentos interessante, talvez não para 2009, porque o processo de modelagem demora um pouco, mas possivelmente para 2010.

Goiás Industrial - Qual a ideia em relação ao data center, por exemplo?

Averbush - O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, em parceria, vão construir um edifício para funcionar como sede do backup do sistema de computação das duas instituições. Estão sendo contratadas, além da construção, a operação e manutenção do prédio durante 25 anos. O vencedor da licitação vai não só construir o edifício, mas providenciar toda a parte de manutenção predial, o que inclui jardinagem, segurança, ar condicionado, tubulações de água e esgoto, infraestrutura de telefonia etc, etc. O BB vai entrar com seu sistema de computação e a parte de cabeamento lógico. A experiência internacional mostra que não é interessante fazer PPP em áreas em que há uma evolução tecnológica muito rápida, como é o caso da informática,

porque os contratos são de longo prazo. Torna-se complicado fazer especificações que durem tanto tempo. Isso acontece também em hospitais. Em muitos hospitais públicos, no exterior, o prédio e toda a parte de suporte - ou seja, instalações elétricas e hidráulicas, limpeza - ficam a cargo do empresário privado. O governo entra com o chamado "pessoal de bata branca", ou seja, os médicos são do governo e, eventualmente, boa parte dos equipamentos são públicos.

Goiás Industrial - No caso do Pontal, o que será proposto?

Averbush - Imaginamos que poderá ser um projeto de fruticultura, mas a cultura a ser explorada será de livre escolha do empresário. Se ele quiser plantar algodão ou dendê, poderá também. São 7,7 mil hectares irrigáveis, dentro de uma área total de 33,5 mil hectares. A área pertence à Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Será realizada uma licitação para contratar uma empresa concessionária, que será responsável pela conclusão das obras e pela operação e manutenção dos canais durante 25 anos. Não temos interesse em contratar uma empresa que apenas conclua as obras, porque isso a Codevasf pode fazer. Para o governo interessa que o projeto seja ocupado plenamente, ou seja, que aquelas terras se tornem produtivas, gerando empregos, impostos e melhoria das condições de vida da população daquela região. Essa é a grande dificuldade nos projetos do governo, que é a gestão da parte agrícola. O candidato à concessão, no momento da licitação, terá de apresentar um ou mais parceiros agrícolas, que responderão pela gestão da parte agrícola, escolhendo as culturas, selecionando os pequenos produtores que serão integrados.

Goiás Industrial - Essa é uma exigência do projeto?

Averbush - Pelo menos 25% da área, de acordo com o projeto, terá de ser ocupada por pequenos agricultores. Ganhará mais

pontos no processo licitatório, que levará em conta técnica e preço, aquele que se propuser integrar maior quantidade de área com pequenos produtores, gerando mais empregos. Assim serão dois critérios de seleção: menor contraprestação e maior integração de pequenos agricultores.

Goiás Industrial - O empreendedor terá de fornecer tecnologia e alguma outra forma de suporte aos agricultores?

Averbush - Possivelmente ele fornecerá tecnologia, treinamento, gestão, além de se obrigar a comprar pelo menos 75% da produção dos pequenos, por meio de contratos que preverão o tipo de cultura a ser explorada.

Goiás Industrial - Qual a previsão dos recursos necessários para a conclusão do projeto?

Averbush - Estima-se que a conclusão das obras civis vá exigir entre R\$ 94 milhões a R\$ 100 milhões. Os investimentos na terra, equipamentos de irrigação, tubulações, devem variar entre duas a três vezes esse valor. A área deverá estar ocupada em, no máximo, 66 meses. Mas o projeto todo pode estar concluído em dois anos. Observe que a contraprestação somente começará a ser paga quando a terra estiver plenamente ocupada. O empresário privado terá todo o interesse em antecipar a finalização da obra e a ocupação da terra, porque poderá começar a receber a contraprestação mais cedo, aumentando a taxa interna de retorno de seu investimento.

Goiás Industrial - O que se pode adiantar para o empresário goiano em relação à perspectiva de investimentos em PPP no Estado?

Averbush - Isso dependerá de decisão do governo do Estado de optar por essa ferramenta, que é muito flexível em termos de aplicação, o que vai desde estradas, que é o exemplo mais clássico, até penitenciárias, passando por hospitais, estações de tratamento de água e esgoto, no setor de defesa e no de transporte público. ■



Renata Sá, Robson Fernandes e Ricardo Prata: vencedores do Prêmio IEL TOP Estagiário em 2008

Voz para quem não vê

Estagiário desenvolve software que possibilita inclusão social de portadores de deficiência visual, em iniciativa premiada pelo IEL Goiás

■ *Célia Oliveira*

Ele conta que foi desafiado a todo momento, mas que nada o impediu de alcançar seus objetivos, quando participou da quarta edição do Prêmio IEL TOP Estagiário, em Goiás. Portador de Retinose Pigmentar, uma deficiência congênita que se caracteriza pela perda gradativa da acuidade visual, Robson Fernandes Athanásio de Aguiar revela seu maior contentamento, além da premiação de seu projeto Tecnologia Assistiva. “Saber que meu projeto tem funcionalidade e que está contribuindo para melhor desempenho profissional, acadêmico

e social de outros portadores de deficiência.”

Robson, de 21 anos, estudante de Jornalismo e estagiário do Núcleo de Apoio ao Aluno Portador de Necessidades Especiais da Faculdade Alfa, foi 1º colocado nas fases regional e nacional (categoria Média Empresa) da promoção, organizada pelos regionais e Núcleo Central do Instituto Euvaldo Lodi (IEL). O projeto Tecnologia Assistiva possibilita acessibilidade ao site da instituição de ensino para o emprego do software Jaws, que lê e converte em voz humana simulada o conteúdo da página web, deixando-a acessível aos que, como Robson, são deficientes visuais.

A vitória, resultado da força de vontade e superação, começou a ser planejada no início do estágio, em agosto de 2008, quando, na segunda semana de atividade, Robson deu início ao curso de acessibilidade digital para outros portadores de necessidades especiais. Ele queria possibilitar isso a todos os deficientes visuais e conseguiu, conforme enumeramos, atingir os objetivos que tinha com o projeto de estágio. “Contribuir no processo de inclusão social; promover a capacitação de pessoas com deficiência visual na área de informática, com uso de um sintetizador de voz; desenvolver estudos sobre linguagem

interpretativa de figuras e pesquisar caminhos viáveis para a promoção de acessibilidade e navegabilidade no site da faculdade.”

Para ele, a premiação no IEL Top Estagiário representa avanço significativo na carreira. “Foi um passo para que eu possa dar continuidade na elaboração e execução de projetos que buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a igualdade de oportunidades para todos”, enfatiza Fernandes.

NOVOS TALENTOS

A segunda colocação coube a Renata Sá Oliveira, estudante de Agronomia na Universidade Federal de Goiás (UFG) e estagiária da empresa Vera Cruz Agropecuária. Com o projeto Comparativo Técnico e Econômico do Estercor Bovino com a Adubação Química, ela gerou ganho de



“Faça das oportunidades momentos de preparo pessoal, intelectual e profissional como chance de adquirir experiências, habilidades e competências em seu projeto de vida. Faça a diferença, seja um empreendedor!”

Robson Fernandes A. de Aguiar,
portador de deficiência visual, vencedor da edição 2008 do IEL TOP Estagiário/Goiás e do Prêmio IEL de Estágio/Nacional.

34,22% no custo com fertilizantes.

Conquistou o 3º lugar Ricardo Prata de Faria Andrade. Estudante de Engenharia da Computação na Universidade Católica de

Goiás, seu projeto Sistema LG Formando Talentos resultou na criação de software para a empresa LG Informática, capaz de controlar a gestão de pessoas e treinar estagiários.

União para bons resultados

Estagiários como Robson Fernandes, Renata Sá e Ricardo Prata e empresas como Alfa, Vera Cruz e LG Informática trazem experiências enriquecedoras para o mercado e, também, para pessoas, por meio das práticas de estágio que inovam, melhoram a gestão e criam novos produtos. “Acreditamos que a união entre Universidade, empresa e aluno pode resultar em estágios ainda melhores”, ressalta o superintendente do IEL Goiás, Paulo Galeno Paranhos.

Exemplos neste campo, o IEL Goiás registra desde o ano de 1971, quando iniciou a gerenciar o programa de estágio no Estado. “Ao longo de todos esses anos desenvolvemos ações em parceria com organizações e instituições de ensino para possibilitar ao estudante o conhecimento da realidade empresarial”, afirma o superintendente.

Quando lançou a primeira edição do IEL TOP Estagiário, em 2005, o instituto almejava tornar públicas as melhores práticas de estágio em Goiás, uma vez que já as identificava dentre os estudantes e empresas clientes do Programa de Estágio, nos cinco municípios (Anápolis,

Catalão, Luziânia, Itumbiara e Rio Verde) onde mantém unidades instaladas, e na capital. “Nestas quatro edições do prêmio temos, então, realizado nosso intento e estimulado o estudante de hoje a tornar-se o grande profissional do amanhã”, comemora Paranhos, ao enfatizar, também, o patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF) para a edição de 2008.

PRÊMIO IEL TOP ESTAGIÁRIO - GOIÁS	
EDIÇÃO	VENCEDORES - EMPRESA/INSTITUIÇÃO DE ENSINO
2005	1º - Ayslan Elias Ribeiro - Ambev/Padrão 2º - Fernanda Costa Nunes - Ipagso/UCG 3º - Luciana Maria O. de Moura - Interagi Tecnologia/Universo
2006	1º - Walter Cardoso de Brito - Hospital Samaritano/Cefet 2º - Gina Morais Ferreira Oliveira - Ambev/UFG 3º - Vinícius Vieira de Sousa - UCG
2007	1º - Beatriz Regina Marques Nunes - Iquego/Cefet 2º - Eduardo Lourenço de Sá - Cristal Alimentos/UFG 3º - Ludmilla Ferreira da Costa - Marcelo Michel Hanna & Cia Ltda./Estácio de Sá
2008	1º - Robson Fernandes A. de Aguiar - Alfa 2º - Renata Sá Oliveira - Vera Cruz Agropecuária Ltda./UFG 3º - Ricardo Prata Faria de Andrade - LG Informática/UCG



Qualificação ao alcance de todos

Senai Goiás decide ampliar oferta de cursos para capacitação de mão-de-obra, assegurando aos trabalhadores melhores condições de empregabilidade

■ *Andelaide Pereira*

Em momento de crise financeira, que tem menor impacto na indústria goiana em comparação a outras regiões do País, como mostram as pesquisas Indicadores Industriais, realizada mensalmente pela Fieg, e do IBGE, mas que, mesmo assim, corta emprego, a qualificação profissional é fator decisivo para garantir lugar no mercado de trabalho.

Atento a esse cenário e às reais necessidades das indústrias por mão-de-obra, o Senai Goiás anuncia a ampliação na oferta de capacitação, especialmente em cursos gratuitos de aprendizagem industrial voltados à formação para o primeiro emprego e ao aprimoramento profissional para garantir aos trabalhadores melhores condições de empregabilidade.

Durante este ano, a instituição vai oferecer 7.897 matrículas em programas gratuitos, dentro da meta global de 63.674, segundo o plano de ação integrado Sesi-Senai 2009/2011. A programação mira, sobretudo, segmentos com maior demanda por mão-de-

obra qualificada no Estado, a exemplo da construção civil que, assim como em 2008, deve continuar abrindo novas oportunidades de trabalho em Goiás. A expectativa tem como base o boom vivido pelo segmento. A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi-GO) contabilizou 63 empreendimentos imobiliários lançados até dezembro do ano passado em Goiânia e Aparecida de Goiânia e que devem ser iniciados em 2009. A previsão é de que as obras devam gerar cerca de 20 mil postos de trabalho.

Além da construção civil, também serão contemplados no plano de ação Sesi-Senai os segmentos de açúcar e álcool, mineração, alimentos, química, eletricidade e eletrônica, metalmeccânica e automação, com ampliação da oferta de vagas em todas as modalidades de ensino profissional - da aprendizagem industrial à pós-graduação.





Enfrentando a discriminação

As estratégias da instituição para alcançar as metas estabelecidas incluem a adequação da oferta de educação profissional ao perfil da demanda da indústria, intensificação de ações flexíveis e ampliação do atendimento a portadores de necessidades especiais.

Para este último público, a instituição desenvolve o Programa Senai de Ações Inclusivas (PSAI), para promover a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho de pessoas que, por algum motivo sociocultural, econômico ou por preconceito, são discriminadas.

Em 2008, o Senai Goiás qualificou 644 pessoas, entre presidiários, portadores de necessidades especiais e idosos, em diversas atividades de educação profissional, como auxiliar de marcenaria, informática básica e de mecânica automotiva. Neste início de ano, cerca de 40 portadores de necessidades especiais já concluíram cursos ministrados pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna e pela Escola Senai Vila Canaã.

Deficiente auditiva, Cristiane Siqueira, de 32 anos, vive a expectativa de conseguir colocação no mercado de trabalho após a conclusão do curso de confeitaria. “Meu maior desafio é mostrar que, apesar das minhas limitações, estou preparada para atuar no mercado. O mais importante é que agora tenho uma profissão.”

“Meu maior desafio é mostrar que, apesar das minhas limitações físicas, eu estou preparada para atuar no mercado. E o mais importante é que agora tenho uma profissão.”

CRISTIANE SIQUEIRA, ao concluir curso de confeitaria

Certificado na mão, emprego garantido

Dentre mais de 7 mil matrículas destinadas às ações de gratuidade no Senai Goiás, 5.255 é a meta prevista nos cursos de aprendizagem industrial, modalidade de ensino gratuito voltada para jovens e que motivou a criação da instituição no País há mais de seis décadas. Estudante de Engenharia Elétrica na Universidade Católica de Goiás, Marcelo Alves de Oliveira, de 18 anos, é um dos alunos que iniciaram este ano um curso de aprendizagem na Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia. “Não sou novato na instituição, no ano passado concluí a aprendizagem em mecânica diesel. Fiz o curso influenciado pelo meu pai, mas acabei me interessando muito pela área e estou agora na turma de aprendizagem industrial em eletricitista veicular. O mercado é promissor e um certificado do Senai é emprego garantido”, aposta. Além da aprendizagem, Marcelo pretende fazer, ainda

este ano, o curso técnico em mecatrônica, na Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, também na capital.

“Estou feliz porque vou ter uma profissão e pela oportunidade de poder ingressar em uma grande empresa”. Essa é a expectativa de Braz André Linhares, de 19 anos, integrante da primeira turma do curso de aprendizagem em eletricitista de corte e ligação, ministrado pela Escola Senai Canaã em parceria com a Evoluti - empresa que atua nas áreas de engenharia de serviços e de tecnologia da informação.

Os 34 aprendizes que compõem a turma são alunos cotistas selecionados pela própria Evoluti para atender à chamada Lei da Aprendizagem, que regulamenta a contratação de jovens. “Não estamos preocupados apenas em cumprir com o que determina a legislação, mas, principalmente, em formar profissionais capacitados. Por isso investimos na parceria com o Senai, referência em qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho”, justifica o diretor de Tecnologia da Informação, Marco Aurélio Rabelo.



Marco Aurélio Rabelo: preocupação é formar profissionais qualificados



Otimismo: Braz, 19 anos, aprende o ofício de eletricitista de corte e ligação

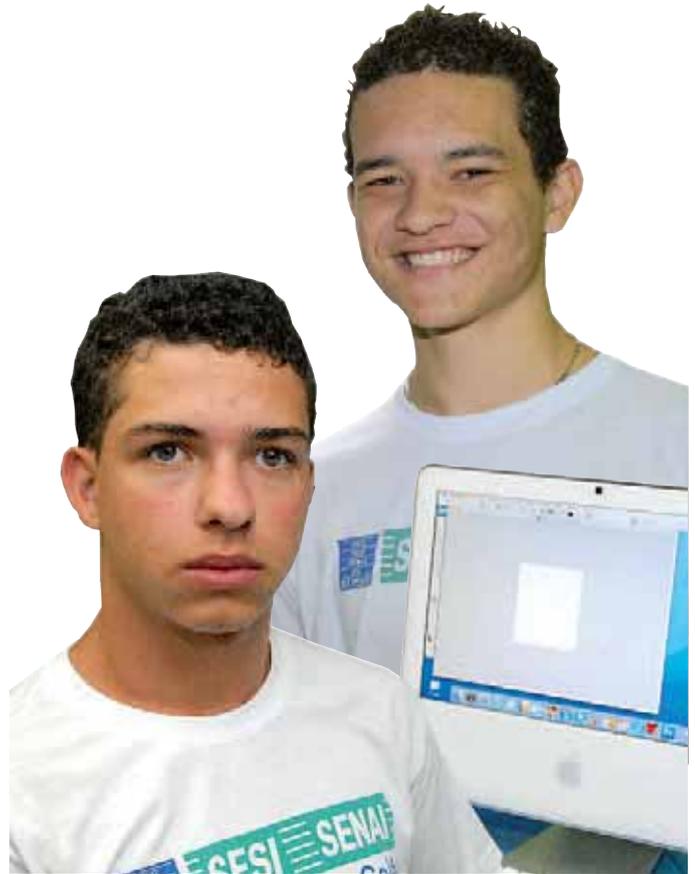
Integração na prática

Em outra frente de trabalho, Sesi e Senai mantêm 473 alunos em cursos técnicos articulados - experiência bem-sucedida de integração do ensino médio com a educação profissional, implantada ano passado em Goiânia e Anápolis. Nessa modalidade de ensino gratuito, são ministrados cursos técnicos em alimentos, em automobilística, em artes gráficas, em eletrotécnica, em química industrial e em eletromecânica.

Aluno do ensino médio articulado, Vinícius Martins Calixto, faz o 2º ano da habilitação técnica em artes gráficas na Escola Senai Vila Canaã e está empolgado com a prática profes-

sional realizada durante as aulas. “Temos um diferencial competitivo em relação aos alunos do ensino médio convencional: a aplicação da teoria na prática nos deixa mais próximos do mercado de trabalho.”

Para Rodolfo Soares, colega de turma de Vinícius, sua principal motivação para fazer o curso foi descobrir que faltavam técnicos especializados em artes gráficas em Goiás. “É grande a demanda por profissionais no setor. Com a programação ampla e diversificada do curso, nossa formação será de acordo com o perfil exigido pelo mercado de trabalho”, explica.



Rodolfo Soares e Vinícius Calixto: diferencial competitivo



Iniciando no Mercado de Ações

A CMA oferece, para todas as pessoas interessadas em investir no mercado de ações, os cursos **Iniciando no Mercado de Ações e Análise Técnica**. Os cursos serão realizados em Brasília / DF, na Elo Consultoria Empresarial, nos dias **25 e 26 de abril**.

Ligue agora
(11) 3053-2700
ou acesse o site
www.cmaeducacional.com.br
e confira os descontos especiais na contratação dos cursos.





“É preciso estar atento para que a regulamentação atenda aos interesses das microempresas e empresas de pequeno porte”

Humberto Rodrigues de Oliveira
Presidente do Conselho Temático
de Micro e Pequena Empresa da Fieg

Mudanças e avanços da Lei Geral

Fruto da mobilização das classes empresariais, em 2006 finalmente foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei Complementar 123, que busca estimular a competição e o livre mercado; estimular a inovação tecnológica; promover o desenvolvimento social (formalização); reduzir as disparidades regionais; gerar empregos e aumentar as exportações.

O estatuto (Lei Geral) representa um marco importante para a melhoria do ambiente de pequenos negócios no País. Desse modo, o texto avançou em relação à legislação em vigor na época, porém está aquém do necessário para promover de maneira considerável a formalização desses pequenos negócios.

Percebe-se um aperfeiçoamento do sistema tributário simplificado anterior (Simples). Surge o Simples Nacional, criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras.

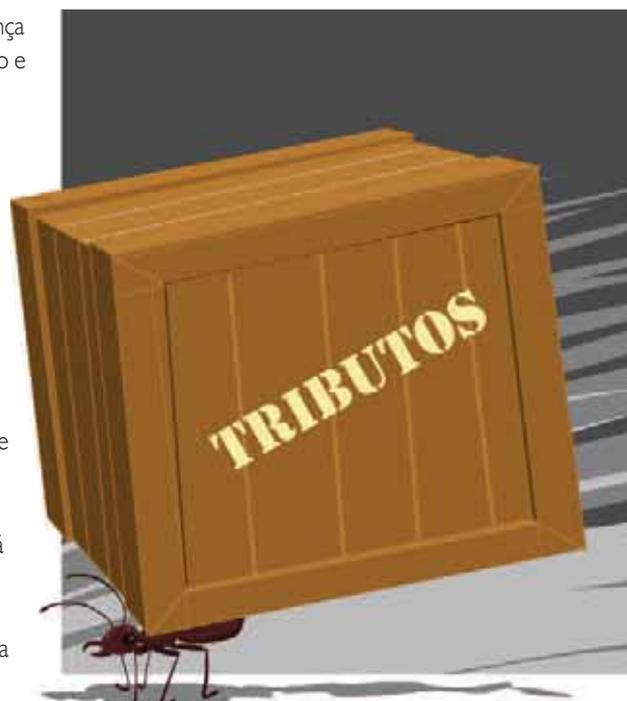
Posteriormente, essa lei foi alterada pelas leis complementares 127/2007 e 128/2008, tendo como objetivos principais o aperfeiçoamento e o ajuste do Simples Nacional. A LC 128/2008 resolve problemas reclamados pelo segmento relativos à cobrança de ICMS, desburocratiza a abertura e o fechamento de empresas, permite a entrada de novos setores econômicos no Simples Nacional e cria duas novas personalidades jurídicas, o

Microempreendedor Individual (MEI) e a Sociedade de Propósito Específico (SPE). Entrou em vigor no dia 1^a do corrente ano, exceto o MEI, que vai vigorar a partir de 1^o de julho, beneficiando, segundo previsões, cerca de 11 milhões de empreendedores.

Poderão se inscrever como MEI, por exemplo, costureiras, sapateiros e artesãos com receita bruta anual de até R\$ 36 mil e que optarem pelo Simples Nacional. A nova lei possibilita ainda resolver questões relativas ao ICMS, como a cobrança do diferencial de alíquota interna e externa do imposto e com valor agregado, além da substituição tributária que alcança áreas de larga atuação de micro e pequenas empresas, como material de construção, alimentação e vestuário. Permite ainda que indústrias do Simples Nacional transfiram crédito do ICMS para grandes clientes, facilitando as vendas. E dá autonomia para Estados e municípios concederem incentivos tributários às micro e pequenas empresas sem depender do Confaz.

Finalmente, nota-se que há uma série de artigos que precisam ser regulamentados. Nessa questão, é fundamental a ação empresarial com o intuito

de promover essa regulamentação, essencial para que inovações propostas no texto sejam efetivamente implementadas. Também é preciso estar atento para que a regulamentação atenda aos reais interesses das microempresas e empresas de pequeno porte e do desenvolvimento de Goiás e do Brasil. E, nesse contexto, cabe ao Estado assumir seu papel proativo, como executor, protetor e fomentador dos interesses produtivos, de maneira que as alterações presentes nessa nova legislação sejam colocadas em prática, ou seja, em prol das MPes. ■



Educação, bem-estar e qualidade de vida

Sesi oferece a partir deste ano mais de 20,3 mil vagas gratuitas para educação básica em todas as unidades do Estado, em parceria com indústrias goianas

“Eu não desisto dos meus sonhos. Não tive oportunidade de estudar. E foi uma grande emoção, voltar para a sala de aula concluir o ensino fundamental e, agora, ir para outro nível”

**JÚLIA DE SOUSA ALVES
BEZERRA**, aluna do 1º
ano do ensino médio na
Unidade Integrada Sesi
Senai Aparecida de Goiânia

■ Débora Orsida

Fim da década de 70. Júlia de Sousa Alves Bezerra, então com 21 anos, saiu do sertão pernambucano com os pais e 11 irmãos. Perfil típico de imigrantes que deixam o Nordeste para tentar a sorte em outras regiões do País. Vieram para Aparecida de Goiânia, em busca de uma vida melhor. Hoje, aos 53 anos, Júlia sente-se realizada e vencedora. Aqui, casou, teve dois filhos, trabalha como funcionária pública em uma escola estadual e em nada lembra a vida sofrida que tinha lá no sertão. “Quando penso na minha infância e adolescência lembro apenas do sofrimento que passamos, das dificuldades que meus pais enfrentaram para nos criar, de quando tive que parar de estudar para poder trabalhar e ajudar nas despesas de casa”, conta.

Depois de aqui também enfrentar e superar muitos desafios, ela comemora sua mais recente conquista: cursar o 1º ano do ensino médio na Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia. “Eu não desisto dos meus sonhos. Não tive oportunidade de estudar. E foi uma grande emoção, voltar para a sala de aula concluir o ensino fundamental e, agora, ir para outro nível”, afirma

Ela conta que decidiu voltar a estudar depois que começou a trabalhar na cantina da Escola Márcio Milton Alves de Oliveira. “É uma vergonha a pessoa que trabalha na escola e não tem estudo. Por isso resolvi voltar e, mesmo passando por dificuldades, não quero mais parar.” Ela acrescenta que estudar é um exercício contra a depressão e a tristeza. “Tenho compromisso com a escola. Estudo de manhã, trabalho à tarde e quando chego em casa à noite, depois de colocar tudo em ordem, faço minhas tarefas e meus trabalhos. Estudar preenche meu tempo, exercita a mente e me traz conhecimentos”, diz.

Há um ano e meio Júlia estuda no Sesi e só tem elogios para a equipe da instituição. “A coordenação e os professores são ótimos, atenciosos e nos motivam sempre. As instalações são confortáveis, o material é excelente, enfim, estudar no Sesi é um incentivo”, afirma.



Comemoração: alunos do Telecurso festejam bons resultados alcançados

Investimento com cidadania

Assim como Júlia, mais de 20,3 mil pessoas terão este ano acesso a ensino gratuito oferecido nas unidades do Sesi em Goiânia e no interior, em todas as atividades referentes à Educação para o Trabalhador, dentro da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), que abrange alfabetização, ensino fundamental e ensino médio. A meta consta do Plano de Ação Sesi-Senai 2009/2011.

O diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai, Manoel Pereira da Silva, explica que o objetivo é ampliar o atendimento da instituição e contribuir para erradicar o analfabetismo no País. “A meta do Sesi é oferecer 6% dos recursos líquidos em vagas gratuitas no próximo ano e queremos que esse percentual alcance 16,67% em 2014”, destaca.

Ele acrescenta que as indústrias também poderão fazer parceria com o Sesi e levar o pro-

grama de Educação para o Trabalhador para o ambiente de trabalho, facilitando o acesso dos colaboradores à sala de aula.

Coordenador pedagógico da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia, Neuber Oliveira Silva destaca que a instituição investe em qualidade no ensino, com capacitação dos professores, em melhores ambientes para as aulas, equipamentos e material didático para que o aluno sinta-se sempre motivado e queira cada vez mais aprender e ampliar seus conhecimentos. “Temos a convicção de que investir em educação é contribuir para a prática do exercício da cidadania. Proporcionamos aos nossos alunos atividades que resultem em melhor desenvolvimento e aprendizado, como viagens pedagógicas, visitas técnicas, festas temáticas, concursos de redações, feiras de ciências e projetos de empreendedorismo.”



Na sala de aula: Jean Carlos ensina matemática aos alunos do novo Telecurso



José Paulo Lacerda

VIDA SAUDÁVEL

Além da educação básica, o Sesi realiza também ações nas áreas de saúde, lazer, cultura e esporte, visando à qualidade de vida dos trabalhadores industriais, bem como promove a prática da responsabilidade social. Todas essas áreas estão contempladas no Plano de Ação 2009/2011 que a instituição elaborou em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). "Planejar ações conjuntas em médio prazo evidencia a preocupação do Sesi e Senai Goiás em otimizar instalações físicas, recursos orçamentários e financeiros, garantindo atendimento de qualidade às indústrias em Goiás", destaca o superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas. Da mesma forma que o Sesi oferece vagas gratuitas para o ensino básico, as áreas de lazer, saúde e responsabilidade social da instituição também colocam à disposição do trabalhador da indústria e seus dependentes inúmeras atividades sem custo e que trazem benefícios para saúde e bem-estar dos participantes.



Gilson Abreu

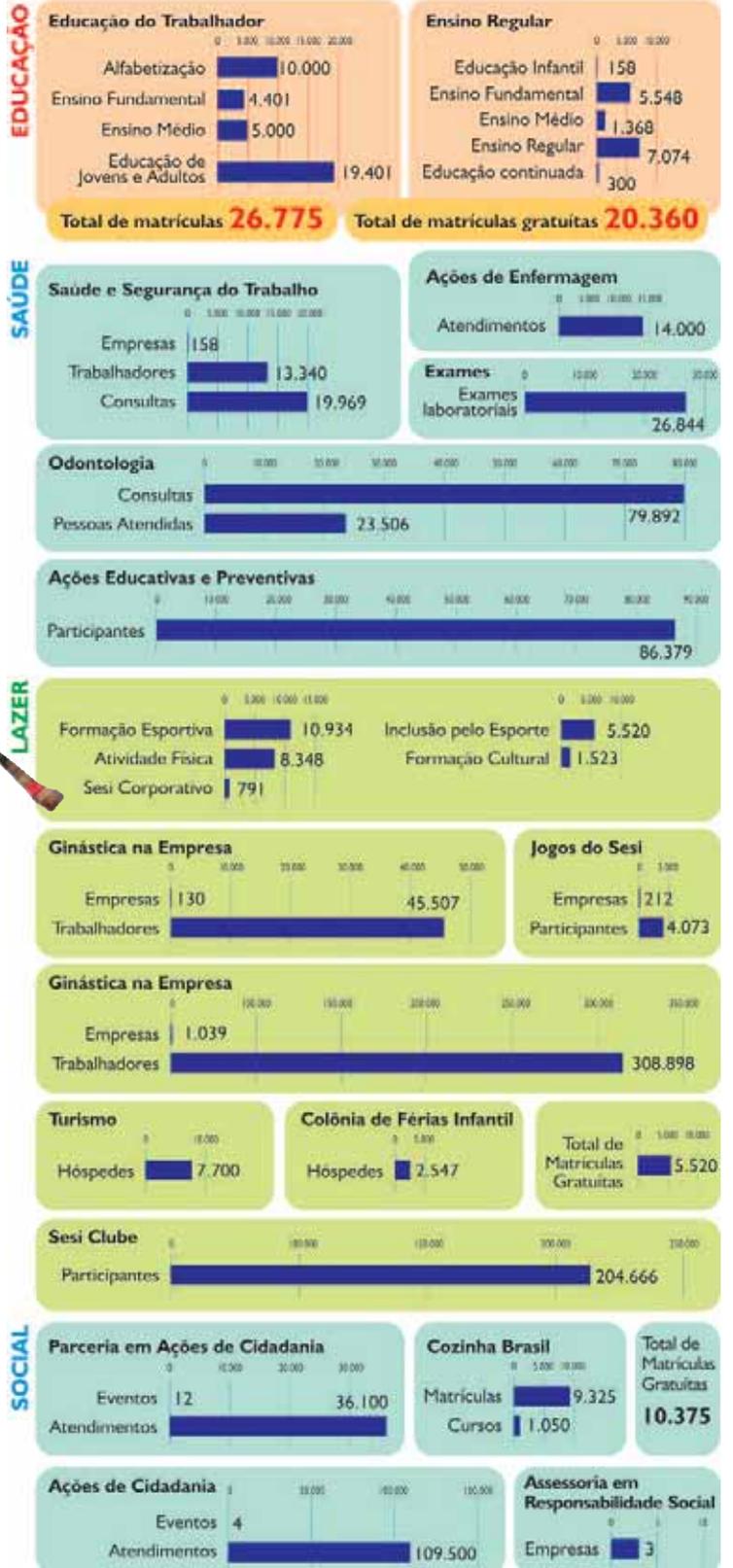


José Paulo Lacerda



José Paulo Lacerda

METAS DE ATENDIMENTO DO SESI PARA 2009



Fonte: Plano de Ação Sesi Senai 2009/2011

Armazéns terão até dezembro para providenciar sua adequação às normas do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

A equipe técnica do ICQ Brasil, instituição do Sistema Fieg, já está preparada para atender à demanda de armazéns interessados em cumprir as exigências para certificação daquelas unidades, conforme determina instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O prazo para enquadramento no Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que deveria ter se encerrado em 1º de janeiro, foi prorrogado, por razões técnicas, para dezembro deste ano.

Aqueles armazéns que não se prepararem e não alcançarem a certificação a tempo estarão proibidos de prestar serviços de estocagem de grãos, segundo alerta Pedro Bescow, assessor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e coordenador do programa de implantação do sistema. O ICQ Brasil, devidamente acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), está escalado entre as certificadoras responsáveis por auditar unidades de armazenagem e conferir a adequação dos documentos apresentados por essas empresas.

Num primeiro passo para conseguir a certificação, os armazéns devem estar cadastrados na Conab. Em seguida, deverão proceder à adequação de toda sua estrutura e à capacitação de seu pessoal e buscar um organismo de certificação de produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro, que deverá

Não basta guardar GRÃOS

Carlos Costa



Silos: exigências do Mapa antecipam eventuais pressões internacionais

verificar se os requisitos técnicos recomendados e obrigatórios foram seguidos.

“Não houve exageros, nem exigências descabidas. O sistema foi debatido em mais de 40 encontros com o setor privado e foi submetido a audiência pública durante 90 dias. Os requisitos foram estabelecidos a partir de discussões com um comitê de acompanhamento da certificação, formado por representantes da iniciativa privada e do setor público”, antecipa-se Bescow a eventuais críticas do setor.

A consolidação das normas para certificação do setor, que reúne perto de 16 mil unidades no País, com capacidade estática para 126 milhões de toneladas de grãos, em números

aproximados, na verdade foi um “trabalho preventivo a futuras exigências do mercado internacional”, lembra Bescow. Em fase de retração, como agora, esse mercado tem demonstrado tendência renovada para práticas protecionistas, com adoção de barreiras técnicas e exigências cada vez maiores em relação à presença de resíduos químicos em alimentos e em ração para animais.

A capacitação de pessoal, a manutenção de um responsável técnico que realmente visite a unidade de armazenagem e a instalação de equipamentos de termometria, aeração e exaustão e de sistemas de controle de cargas, entre outros, figuram entre as exigências da instrução.

O Entorno descobre sua força

Com investimentos de R\$ 3,5 milhões já realizados e novos recursos a caminho, arranjos produtivos capacitam mais de 3 mil pessoas e criam oportunidades de emprego e renda

■ Divina Rosa

“Praticamente dobramos a área plantada de maracujá, que ainda é o carro-chefe da produção frutícola da região. Temos ainda uma demanda por aproximadamente mais 3 mil mudas. Estamos ansiosos com o início do funcionamento da plataforma. Esta obra significa a concretização de um projeto e de um sonho. Representa um maior valor aos nossos frutos, amplia as possibilidades de comercialização e, conseqüentemente, vantagens para o consumidor. Estamos acompanhando cada passo, para que seja realmente um exemplo e atenda às nossas necessidades.”

Com esse entusiasmo, Adélio Soares, diretor e ex-presidente da Central de Associações de Produtores de Luziânia, avalia os resultados do programa Arranjo Produtivo Local de Fruticultura desenvolvido pelo Senai Goiás no município, no Entorno do Distrito Federal, e a expectativa de pleno funcionamento da Plataforma de Beneficiamento e Comercialização de Frutas.

A obra, pelos benefícios que irá trazer ao setor agroindustrial da região, é apontada como um dos destaques das ações implantadas por meio do APL, programa do governo federal, executado com recursos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, ligada à Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da



Desempenho: produtividade e respeito ambiental em Pirenópolis



Maria dos Remédios: 42 cooperadas já ajudam no sustento das famílias

Integração Nacional, em convênio com a prefeitura de Luziânia.

Além de Luziânia, outras nove cidades (veja quadro) receberam recursos para o desenvolvimento de seu potencial econômico por meio do programa APL. Desde 2004, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio do Senai e Instituto Euvaldo Lodi (IEL), tem trabalhado em parceria com o governo federal no desenvolvimento e execução de diversas atividades em cidades do Entorno do Distrito Federal, com foco na respectiva vocação econômica. Os recursos destinados ao desenvolvimento dos APLs são provenientes do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do

Estatísticas de atendimento em Arranjos Produtivos Locais

AÇÕES/CIDADES	CONSULTORIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TECNOLÓGICA		CURSOS	
	Carga horária	Empresas atendidas	Carga horária	Concluintes
Pirenópolis	3600 h	15	337 h	623
Águas Lindas	120 h	18	2.238 h	415
Valparaíso de Goiás	880 h	25	980 h	140
Cristalina	500 h	15	709 h	297
Luziânia	1440 h	118	1.004 h	130
Luziânia (2ª etapa)	Em andamento			
Catalão	280h	18	1.285 h	215
Cidade Ocidental	-	-	1.032 h	407
Cidade Ocidental (2ª etapa)	Em andamento		680h	282
Novo Gama	235h	21	1.540 h	242
Planaltina (GO)	100h	04	1.268h	276
Santo Antônio do Descoberto	100h	04	1.188h	261
Total	7.255h	238	12.261h	3.288

Fonte: Coordenação de Projetos do Senai Goiás



Produção de maracujá em Luziânia: demanda para mais 3 mil mudas

Centro-Oeste (SCO) e da coordenação da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride), com contrapartida de instituições parceiras, como o Senai e prefeituras municipais. Já foram investidos R\$ 3,5 milhões na execução das ações.

Nesse período, foram capacitadas mais de 3 mil pessoas em diversos cursos ligados à área de desenvolvimento de cada APL, prestadas consultorias e assessorias técnicas e tecnológicas a 238 empresas e empresários dos diversos setores atendidos, realizadas 52 visitas técnicas e missões comerciais. Seis cooperativas foram constituídas e outras duas passaram por trabalho de atualização e capacitação de seus integrantes.

O coordenador da Ride, Carlos Henrique Menezes Sobral, afirma que o programa APL “bem estruturado movimentou todos os elos da cadeia produtiva da economia regional e garante a geração de emprego e renda para a população.”

EMPREGOS COM QUALIFICAÇÃO

Em Santo Antônio do Descoberto, onde foi contemplada a área de confecção, o programa conseguiu promover a organização de 42 pessoas em uma cooperativa, que hoje atende a demandas de indústrias de Brasília e cidades próximas. Varias cooperadas não tinham profissão ou trabalho e agora conseguem ajudar no sustento de suas famílias, destaca a presidente da Cooperativa de Produção em Confecção e Artesanato (Coonarte), Maria dos Remédios Muniz Amário.

O coordenador da Ride aponta o APL de Pirenópolis como outro exemplo de bons resultados alcançados. Na cidade turística, o programa focou na organização da cadeia produtiva de extração e comercialização do quartzito mineral, mais conhecida como Pedra de Pirenópolis. Além dos avanços obtidos por meio de capacitações, assistências técnicas e outras ações, marcaram o desenvolvimento do projeto a participação e colaboração efetiva de diversos setores e entidades. As ações mobilizaram o governo federal (MI/SCO/RIDE), Senai, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, por meio da Superintendência de Geologia e Mineração/Funmineral, Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás (Simagran), Sebrae, empresários e prefeitura. “O desenvolvimento territorial passa pela ação conjunta e essa seguramente é uma das mais bem-sucedidas”, afirma Sobral.

O presidente da Cooperativa de Pedras de Pirenópolis (Coopepi), José Ribeiro da Silva, considera que com as ações desenvolvidas foi possível melhorar o desempenho das atividades na pedreira, com relação à produtividade, segurança e também ao meio ambiente. “Procuramos fazer dentro do possível da forma como foi ensinado”, declara.

Para evitar dores de cabeça

Por mais inovadora que seja a empresa, a falta de registro de um produto ou de uma marca no INPI pode jogar por terra todo o investimento realizado



“Uma simples pesquisa no banco de dados do INPI poderia acusar que essa marca ou produto já é de titularidade de uma empresa concorrente”

KARINA RÉGIS DOS SANTOS,
diretora da Vilage Marcas e Patentes

Depois de anos de trabalho duro e de milhares ou mesmo de milhões de reais investidos em pesquisa e desenvolvimento, em equipamentos e instalações, a empresa está pronta para colocar no mercado seu mais novo produto ou a nova marca, que embute conceitos ousados de mercado. Todos os cuidados com a criação, design e embalagem foram tomados. A campanha publicitária, caríssima, como exige a inovação produzida, também está aprovada e promete sacudir os concorrentes.

A essa altura, o empresário descobre que ele e sua equipe deixaram de lado um cuidado aparentemente ínfimo: a concorrência já havia registrado algo semelhante no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e sua empresa não poderá explorar a marca pretendida e nem o produto desenvolvido. Anos perdidos. E prejuízos na certa, por falta de informação e esclarecimento, afirma Karina Régis dos Santos, diretora da Vilage Marcas e Patentes.

“Uma simples pesquisa no banco de dados do INPI poderia acusar que essa marca ou produto já é de titularidade de uma empresa concorrente”, diz ela. O registro da marca, prossegue, “é a única maneira de não sofrer esse tipo de problema e manter seu negócio protegido.”

Há aproximadamente dez anos, a Vilage desenvolveu um software próprio e exclusivo, que acelera a confecção dos relatórios

exigidos pelo INPI e facilita o trabalho de análise dos produtos pela equipe de engenharia. “Isso nos permite depositar marcas em 24 horas e patentes em até 72 horas. Essa agilidade é fundamental no mundo dos negócios, pois qualquer demora no protocolo de um pedido poderá acarretar sérios prejuízos para o cliente”, afirma.

Como vantagens, o titular adquire o direito de uso exclusivo da marca para identificar os produtos ou serviços decorrentes de sua atividade, facilitando o combate à pirataria e a reparação por eventuais prejuízos causados pelo uso desautorizado da marca registrada. “Além da exclusividade do uso, o titular de uma marca pode tomar todas as medidas cabíveis à defesa de seus direitos e interesses, tanto no Brasil, como em outros países, num direito assegurado também a licenciados, empresas coligadas e franqueadas, desde que observadas as normas específicas de cada jurisdição”, acrescenta.

Há 22 anos no mercado, a Vilage mantém escritório em Goiânia e realiza palestras gratuitas sobre a conscientização da importância do registro de marcas e patentes. “Nossa preocupação é a conscientização do empresário brasileiro sobre os riscos que corre ao não requerer suas marcas e patentes”, diz. A Vilage é filiada à International Trademark Association, entidade que congrega agentes da propriedade industrial do mundo todo.

Em debate, a descentralização

A tendência de órgãos ambientais municipais assumirem tarefas antes restritas aos governos estaduais exige maior capacitação nas prefeituras

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), sindicatos do setor, e a Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) debatem caminhos para a adequação ambiental de indústrias instaladas em Goiânia. Com a descentralização do serviço de licenciamento ambiental, parcialmente assumido na capital pela Amma, a ideia é criar formas para que esse processo de adaptação das empresas ocorra sem turbulências.

A equipe da Amma, comandada por Clarismino Luiz Pereira Junior, especialista em Direito Ambiental e presidente também da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), esteve reunida com representantes dos conselhos temáticos de Meio Ambiente e Infraestrutura da Fieg no dia 9 de fevereiro, na Casa da Indústria. “A agência apresentou o trabalho que vem realizando, indicando que pretende incrementar o processo de licenciamento e fiscalização, reforçando o pessoal na área de vistorias”, descreve Henrique Morg, presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente.

Ao mesmo tempo, demonstrou abertura para discutir seus métodos e, dentro de certos parâmetros, facilitar a adequação de empresas e setores, realizando parcerias para atingir seus objetivos, acrescenta Morg. No desenrolar desse processo, abre-se a possibilidade de criação de termos de referência para alguns segmentos empresariais que ainda não dispõem de um sistema de orientação



Luiz Vessani: “A questão única na descentralização é a competência”

PARA QUE A MUNICIPALIZAÇÃO ACONTEÇA SÃO NECESSÁRIOS ALGUNS PRÉ-REQUISITOS. ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA RESOLUÇÃO 69, DE DEZEMBRO DE 2006, DO CEMAM ESTÃO:

- Implantar o Fundo Municipal do Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que já deve estar em funcionamento
- Possuir nos quadros do órgão municipal de meio ambiente, profissionais habilitados para realizar o licenciamento ambiental, além de servidores municipais com competência para exercício da fiscalização ambiental
- Aprovar legislação administrativa para aplicação do licenciamento ambiental e com sanções administrativas pelo seu descumprimento
- Realizar levantamento das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras no município

em matéria ambiental.

A tendência de descentralização, analisada de forma isolada, é vista como positiva pelo setor industrial, mas é preciso que a migração de parte do serviço de licenciamento para as prefeituras seja cercada de certos cuidados, avalia Morg. As prefeituras deverão estar estruturadas e capacitadas para isso, o que significa criar uma secretaria municipal de meio ambiente, contratar e treinar pessoal, construir laboratórios e investir em equipamentos. Atualmente, afirma, apenas sete prefeituras, entre elas as de Luziânia, Anápolis e Jataí, além de Goiânia, foram qualificadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Outras 19 continuam na fila de espera.

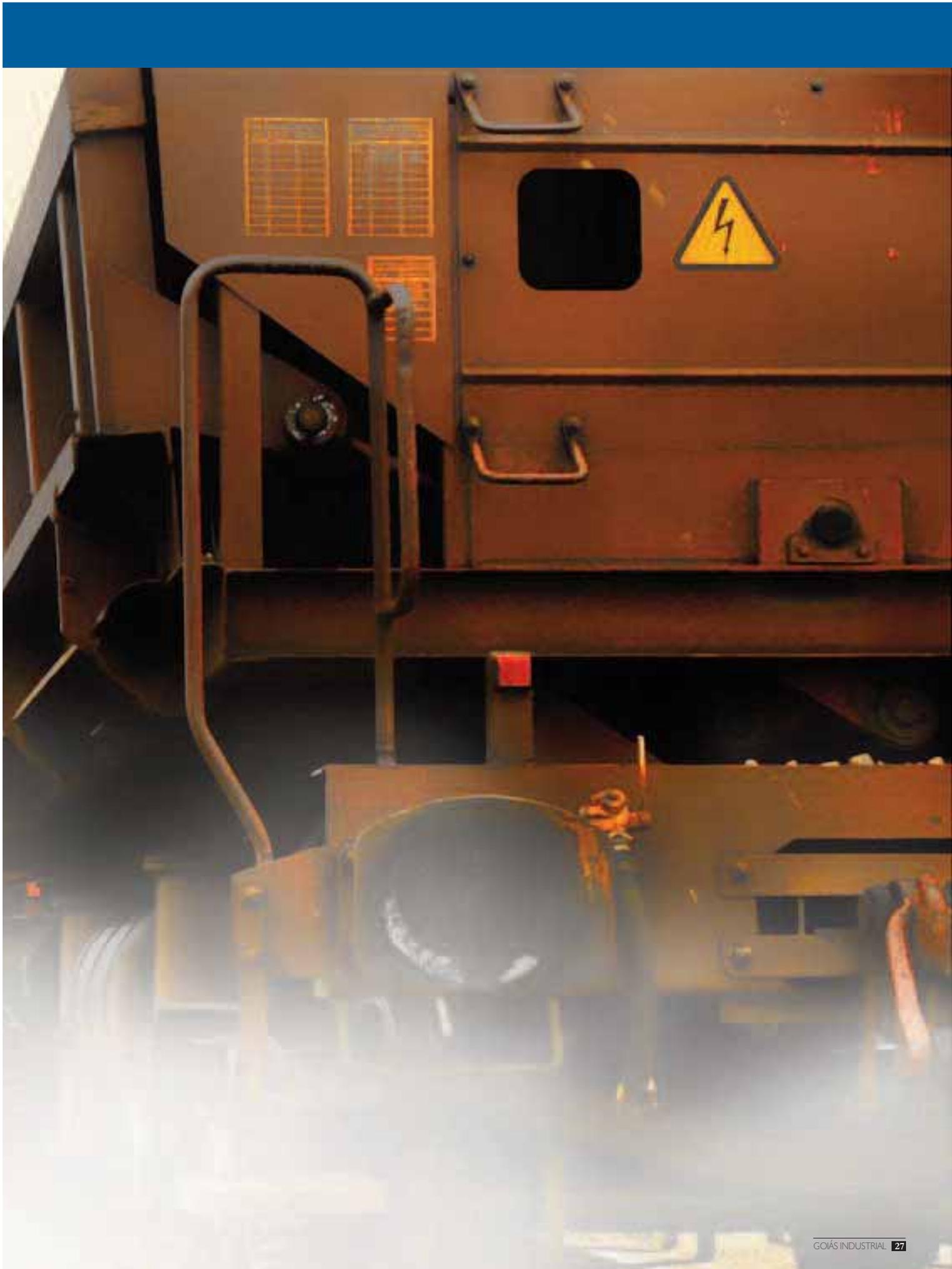
Em geral, projetos de maior porte, inclusive na área de mineração, assim como usinas de álcool, continuam submetidos à Semarh. “A questão única na tendência de descentralização do licenciamento diz respeito à competência. O setor de mineração é muito complexo e exige enfoque diferenciado e um perfeito entendimento da atividade para que se possa exigir e negociar compensações”, declara Luiz Antônio Vessani, presidente da Câmara Setorial de Mineração da Fieg.

De fato, reconhece, a descentralização pode significar custos menores para as empresas, mas será preciso definir, defende Vessani, alguma forma de gradação, de forma a que certos tipos de projeto continuem na órbita de organismos ambientais estaduais.

NOVO CAMINHO PARA O CRESCIMENTO

Ampliada, Ferrovia Norte-Sul deve alterar o eixo de desenvolvimento do País, contribuindo para descentralizar as oportunidades de geração de riquezas

■ *Lauro Veiga Filho*





“

“NOSSO DEVER É O DE EMPENHARMOS PELA SUPERAÇÃO DE TODOS OS DESAFIOS SURGIDOS ATÉ A COMPLETA IMPLANTAÇÃO DA NORTE-SUL”

Paulo Afonso Ferreira, *presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)*

O projeto original, que incluía 1.574 quilômetros de trilhos, já podia ser considerado ambicioso em um país que relegou o transporte ferroviário ao esquecimento, durante mais de três décadas, e simplesmente esmagou sua nascente indústria ferroviária. A inclusão de mais 680 quilômetros entre Anápolis e Estrela D'Oeste, cortando o Sudoeste goiano, maior região produtora de grãos do Estado, permitirá a ligação com a Ferronorte, que deverá ser ampliada até Rondonópolis, a partir de Alto Araguaia, ambas em Mato Grosso, e ainda com os trilhos da América Latina Logística (ALL), rumo ao porto de Santos - que hoje pode ser alcançado a partir de Anápolis, por meio da malha da Ferrovia Centro-Atlântica, controlada pela Cia. Vale do Rio Doce.

Em sua porção norte, a extensão desde Açailândia (TO) até Barcarena ainda está em fase de projeto. Assim como está em estudos a integração entre a Norte-Sul e o extremo oeste do País. Em sua nova formatação, a ferrovia operada sob regime de concessão por uma revigorada Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. cumprirá

o papel de integrar não apenas o Norte menos desenvolvido ao Sul mais rico, mas funcionará ainda como entroncamento da linha que vai interligar o Oeste, desde Vilhena, no sul de Rondônia, passando por Sorriso, Lucas do Rio Verde, maior pólo de produção de grãos de Mato Grosso, até Uruaçu, em Goiás.

Um pouco mais acima, partindo de Figueirópolis, em território tocantinense, já são realizadas as primeiras ações preparatórias para implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, com destino a Ilhéus, depois de passar por Luis Eduardo Magalhães e Barreiras, no oeste baiano, onde os campos de soja, milho, algodão e, mais recentemente, também de cana têm experimentado crescimento acelerado, acima da média brasileira. Para além do congestionado porto de Santos, as exportações de todo o Centro-Oeste passarão a contar com as opções dos portos de Belém (PA), Itaqui (MA), Ilhéus e até mesmo Suape (PE), quando for construída a interconexão com a Ferrovia Transnordestina, entre Aguiarnópolis (TO) e Eliseu Martins (PE), ainda em fase de estudos.



“

APENAS A REGIÃO DE ANÁPOLIS TEM POTENCIAL PARA GERAR 980 MIL TONELADAS DE CARGAS POR ANO COM OS ESTÍMULOS ADEQUADOS E O SUPORTE DA FERROVIA”

Edson Tavares, superintendente do Porto Seco Centro-Oeste



Uma questão de velocidade

O mais recente balanço da execução dos projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, mostra que os investimentos na ferrovia ainda caminham a um ritmo exasperante diante das expectativas geradas. “As obras precisam ser aceleradas fortemente para que o Estado e o agronegócio, em especial, possam colher mais rapidamente os ganhos esperados, especialmente com a redução dos custos de transporte”, avalia o empresário Roberto Elias de Lima Fernandes, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Quando concluída, estima Fernandes, a ferrovia deverá permitir a retirada de 3 mil caminhões que circulam diariamente pela rodovia Belém-Brasília, encarecendo fretes, exigindo gastos com reparação e manutenção da via e engordando as estatísticas de acidentes e mortes no trânsito, com custos indiretos para todo o sistema público de saúde. Por enquanto, não só a velocidade das obras merece críticas. “Infelizmente, as empresas goianas têm visto muito pouco do dinheiro gasto nas obras”, acrescenta Fernandes.

O balanço mostra que o trecho norte da ferrovia, de Açailândia a Palmas, avançou muito mais. Entre outros motivos, porque 215 quilômetros de trilhos, até Aguiarnópolis, já haviam sido assentados antes do lançamento do PAC. Mais 134 quilômetros ficaram prontos depois, somando um total de 589 quilômetros ou 82% do tramo norte da FNS. Os trabalhos ganharam fôlego depois do leilão de subconcessão do trecho de 358 quilômetros entre Araguaína e Palmas, vencido pela Cia. Vale do Rio Doce, que assumiu os direitos de exploração daquele pedaço da FNS por R\$ 1,478 bilhão, dinheiro que vem sendo investido na própria ferrovia.

O ramo sul não teve a mesma sorte. Até o início do ano, apenas 107 quilômetros estavam concluídos no trecho que liga Palmas a Anápolis, representando meros 12,5% do trajeto, que soma

855 quilômetros. Subindo no mapa, entre Anápolis e Uruaçu, 30% dos 280 quilômetros foram entregues. Mais adiante, seguindo rumo a Palmas, somente 4% dos restantes 575 quilômetros haviam sido assentados.

Considerando-se toda a via, encontram-se em uso ou com obras encerradas 696 quilômetros de trilhos, o que representa 44,3% da distância entre Açailândia, no entroncamento com a Ferrovia de Carajás, e Anápolis (1.574 quilômetros, segundo o PAC). Quando são incluídos os quase 680 quilômetros até Estrela D'Oeste, o trabalho já terminado corresponde a 31% da FNS.

A Valec pretendia injetar ânimo e recursos na FNS a partir do leilão para subconcessão do ramal sul da ferrovia, previsto para meados deste ano. A crise colocou os planos da operadora em banho-maria. Daqui em diante, as obras no trecho sul serão executadas pela Valec, mas dependerão de recursos fiscais. Para 2009, o orçamento da União destaca R\$ 1,675 bilhão para a FNS. O governo federal promete manter o cronograma, que mantém a previsão de concluir a via entre Palmas e Anápolis até dezembro de 2010.

As demais etapas têm conclusão projetada para julho de 2011 (Ouro Verde de Goiás a Rio Verde) e dezembro do mesmo ano (Rio Verde a Estrela D'Oeste). Nos dois casos, as obras deverão ser licitadas até o final de maio, com início previsto para agosto, conforme a Valec.

“O leilão de subconcessão será realizado oportunamente, quando o ambiente econômico propiciar maior número de competidores e maior valor de outorga”, anotou o governo federal ao divulgar o balanço do PAC em fevereiro passado. De toda forma, a Valec pretende realizar o leilão em dezembro.

Entre 2007 e 2010, a FNS deverá receber, sempre conforme previsão oficial, R\$ 5,67 bilhões em investimentos e outros R\$ 850 milhões estão previstos para depois daquele período, somando R\$ 6,52 bilhões. Os recursos contemplarão desde Aguiarnópolis a Estrela D'Oeste, com mais de 2 mil quilômetros de trilhos. Em média, estima-se desembolso de R\$ 3,20 milhões por quilômetro. Entre Açailândia e Barcarena seriam mais 550 quilômetros, o que elevaria o investimento total, segundo algumas estimativas, para R\$ 8,28 bilhões.





Porto Seco Centro-Oeste: Norte-Sul fará a interligação com as vias da Ferrovia Centro-Atlântica

Investimentos em logística

O Porto Seco Centro-Oeste e a Plataforma Logística de Anápolis vêm sendo preparadas para atender ao aumento de cargas previsto para quando a FNS entrar em operação. Apenas a região tem potencial para gerar 980 mil toneladas de cargas por ano com os estímulos adequados e o suporte da ferrovia, afirma o superintendente do Porto Seco, Edson Tavares, com base em estudo encomendado ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás).

Significaria multiplicar em quatro vezes a movimentação registrada atualmente pelo porto, em torno de 20 mil toneladas por mês (ou 240 mil por ano). “Hoje, temos capacidade estática para 60 mil toneladas”, adianta Tavares. Na área de grãos, o porto tem espaço para estocar 45 mil toneladas, além de armazéns para receber 8 mil toneladas de minérios e uma área de 17 mil m² disponível para cargas diversas.

O pátio abriga ainda um desvio ferroviário com



A VALEC COMPARTILHA DA VISÃO DO GOVERNO SEGUNDO A QUAL, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO, O BRASIL ESTARÁ COMPLETANDO O QUADRO NECESSÁRIO À INTEGRAÇÃO DE SUA MALHA FERROVIÁRIA, IMPRESCINDÍVEL AO DESENVOLVIMENTO QUE SE PRETENDE PARA O PAÍS”

José Francisco das Neves, *presidente da Valec*

2,5 quilômetros, em fase de ampliação, neste momento, com a construção de novo ramal com 1,6 quilômetro. “Estamos montando um sistema em forma de pêra, em bitola mista, circundando toda a área do porto. As obras de terraplenagem estão prontas e o investimento total está estimado em R\$ 5 milhões”, acrescenta.

O ramal vem sendo implantando em parceria com a Log-In Logística Intermodal Ltda., empresa de logística controlada pela Vale do Rio Doce, com 31,3% do capital, e participação da Mitsui (3,8%).

O terminal da Norte-Sul em Anápolis abrangerá toda a área do porto, da plataforma logística e do posto avançado da Zona Franca de Manaus, além do aeroporto, conectando-se ao ramal da Ferrovia Centro-Atlântica. “Será um terminal inteligente, que exigirá 8 a 12 quilômetros de trilhos.” O aeroporto deverá receber R\$ 100 milhões para ampliação da pista de pouso de 1.840 para 3 mil metros até 2010, prevê Tavares, com recursos dos governos estadual e federal. Equipado com docas inteligentes, afirma o superintendente, o posto da Zona Franca será instalado em um terreno com 100 alqueires, dos quais 32 estarão reservados para armazéns. Operadoras de logística de Manaus terão à disposição 500 mil m² de área para instalar centros de distribuição de cargas originadas na Zona Franca.

FRETE MAIS BARATO, MAIS COMPETITIVIDADE

Ao longo da Norte-Sul, estão previstas 13 plataformas de integra-

ção intermodal, que funcionarão como polos de operação logística, cinco dos quais serão instalados em Goiás. O mais amplo deles, já considerado por antecipação como o de maior porte no País, está planejado para a região entre Goianira e Inhumas.

Essa nova estrutura logística tende a tornar mais competitiva a produção de regiões que hoje ainda não exploram todo seu potencial agrícola e industrial. Utilizando bitola de 1,60 metro, a linha permitirá que a velocidade média das composições seja quase triplicada, atingindo 80 quilômetros por hora frente aos 30 quilômetros por hora anotados em geral no restante da malha ferroviária instalada. A opção de escoamento de cargas por Itaqui, em outro exemplo, deverá reduzir em duas semanas o tempo de entrega das mercadorias aos mercados de destino nos Estados Unidos e na Europa.

Comparando-se com o longo e custoso trajeto cumprido pelas cargas que deixam Goiás em busca de outros mercados, lá fora, será possível encurtar as distâncias entre 3,5 mil a 3,8 mil quilômetros, com novas linhas de navios partindo de Itaqui, calcula o superintendente do Porto Seco instalado em Anápolis.

Nos primeiros cinco anos de operação da ferrovia, projeta-se uma redução de 35% nos custos logísticos no Estado, podendo atingir uma economia de até 50% daí em diante, na medida em que a movimentação de cargas ganhe em escala. A conta é semelhante ao cálculo feito por Luiz Antônio Vessani, vice-presidente da Câmara Setorial de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e presidente

da versão da entidade vinculada à Fieg.

Estratégica para a indústria de mineração de Goiás, lembra Vessani, a ferrovia poderá estimular a redução pela metade dos custos de frete no setor, que paga hoje praticamente 3,5 vezes mais do que seus concorrentes nos Estados Unidos, onde o transporte de uma tonelada de minério num percurso de mil quilômetros sai a US\$ 28, frente a quase US\$ 100 por aqui.

FRETES LEVAM 7% DA RENDA NACIONAL

Marcado por deficiências reconhecidas, o sistema brasileiro de logística ainda exige recursos equivalentes a quase 12% do Produto Interno Bruto (PIB), incluindo despesas administrativas, custos de armazenagem e de estoques e gastos diretos com o transporte de cargas. Nos Estados Unidos, segundo dados mais recentes do Centro de Estudos de Logística do Coppead/UFRJ

(CEL), a rede logística tem custo próximo a 8% do PIB.

Entre outros motivos, porque lá as ferrovias movimentam 38,5% das cargas, enquanto o modal rodoviário transporta 29,6%. No Brasil, embora a fatia do trem tenha avançado de 20% para 25,4% entre 2004 e 2006, os caminhões ainda predominam, com participação de 55,8%, tornando o sistema mais caro ao exigir investimentos em manutenção, conservação e construção de estradas, além do elevado custo relacionado a acidentes de trânsito, com perdas de vida e internações.

O peso da rede logística no País sofre outro impacto relevante, desta vez por conta da política econômica adotada por aqui, que torna o custo do capital um dos mais elevados em todo o mundo. Por esse motivo, as empresas brasileiras têm gastos com estoques praticamente duas vezes maiores do que seus concorrentes norte-americanos (quase 4% do PIB no Brasil,

diante de 2% por lá).

Apenas o transporte, isoladamente, consome praticamente 7% do PIB, significando 59% de todo o gasto com logística, levando-se em conta a pesquisa realizada pelo CEL entre abril e agosto de 2005, envolvendo 41 grandes empresas do setor industrial. Para comparação, os EUA gastam 5% do PIB.

ESFORÇO CONJUNTO

Presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira defende um esforço concentrado das classes empresarial e política do Estado para que acelerar a conclusão da Norte-Sul. “O impacto desenvolvimentista da ferrovia tem tudo para extrapolar as previsões mais otimistas”, comenta.

Exatamente por isso, prossegue Paulo Afonso, “nosso dever é o de nos empenharmos para superar todos os desafios até a completa implantação da ferrovia”.

Antídoto para o inchaço urbano

A Norte-Sul terá efeitos muito mais amplos sobre a estrutura econômica e geopolítica do País, a depender do modelo que venha a ser escolhido para a ocupação da região sob influência da ferrovia e de seus ramais. No trecho original de seu traçado em território goiano, a área de influência da ferrovia, que percorrerá, a partir de Anápolis, 516 quilômetros até a fronteira com o Tocantins, abrange quase 184,55 mil quilômetros quadrados, para um total estimado de 2,319 milhões de habitantes, conforme dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seplan-GO). Isso representa densidade populacional equivalente a 12,6 habitantes por quilômetro quadrado, diante de uma média, em todo o País, ao redor de 22 habitantes por quilômetro quadrado.

A implantação dos trilhos abrirá a possibilidade de povoamento dessa área e de todo o trecho da via ao longo do Tocantins e do Maranhão, levando-se em conta as oportunidades de investimento que deverão surgir e a conseqüente atração de migrantes. Uma estratégia bem desenhada poderia permitir, por exemplo, descongestionar grandes áreas urbanas, contribuindo para evitar

que a situação social naquelas regiões se agrave ainda mais. Será preciso pensar, no entanto, em projetos planejados de ocupação, que ordenem o fluxo migratório esperado por meio de incentivos à realocação de famílias do Sul-Sudeste e de outros centros.

Apenas como referência, Tocantins abriga pouco mais de quatro habitantes a cada 100 hectares em média, enquanto o Maranhão apresenta relação próxima a 18 habitantes por quilômetro quadrado. Estudos de impacto ambiental, aliados a um planejamento de longo prazo, poderiam orientar os investimentos na região para a produção de alimentos e de energia a partir de biomassa de forma equilibrada, beneficiando pequenos e médios produtores, gerando e redistribuindo renda no campo.

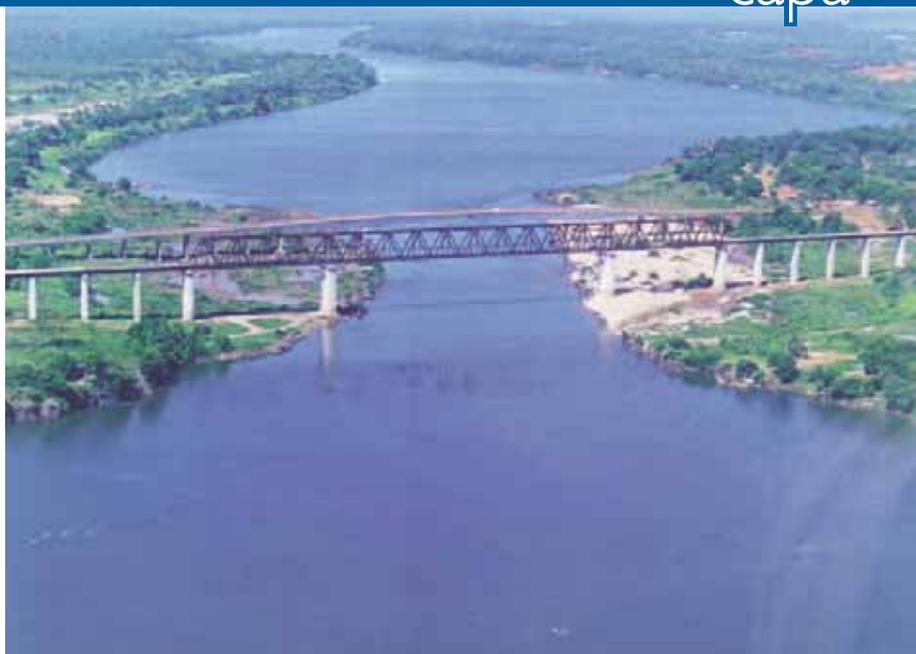
Seria um caminho para evitar que o inchaço populacional nos principais centros urbanos continue galopando. Campeões nesse quesito, as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimados para 2007, amontoam, pela ordem, entre 7 mil e 5 mil habitantes por quilômetro quadrado. Uma impossibilidade ambiental, urbanística e social.

Espaço para grãos. E para a cana

As perspectivas para a produção de grãos e de cana, base para a bioenergia, revelam potencial para atrair um número ainda maior de investidores. No raio de influência da ferrovia em Goiás, em seu trecho original, saindo de Anápolis em direção ao Tocantins, cobrindo 138 municípios e um total aproximado de 20 milhões de hectares, a Valec calcula que 9,7 milhões podem ser considerados aptos à exploração agrícola e destes apenas 1,4 milhão de hectares estão de fato ocupados por lavouras, restando, portanto, 8,3 milhões.

Quando se leva em conta que o Estado alcança uma produtividade média de 5,4 mil quilos por hectare nas culturas de milho, aquela região poderia acrescentar à produção goiana do grão mais 45 milhões de toneladas (dez vezes a safra esperada para 2009, na casa de 4,5 milhões de toneladas). Com a saca de milho ao redor de R\$ 18, essa produção traria receita bruta de quase R\$ 13,5 bilhões. Se aquelas áreas, em teoria, fossem ocupadas integralmente pela soja, tomando-se a produtividade média de 2,9 mil quilos por hectare, seria possível colher, sempre em tese, algo próximo a 24 milhões de toneladas (quatro vezes a colheita estimada para este ano), que renderiam, aos preços atuais, em torno de R\$ 40 por saca, aproximadamente R\$ 16 bilhões. Numa outra hipótese, supondo-se que a cana tome conta de todo aquele espaço, o que parece pouco provável, seria possível colher mais de 700 milhões de toneladas da gramínea (21 vezes maior que a produção esperada para 2008/2009 em Goiás). Toda essa montanha de cana permitiria a produção de quase 45 bilhões de litros de etanol, considerando-se um rendimento equivalente a 64 litros por tonelada. Apenas para comparar, na safra a ser iniciada em abril o Estado deverá processar 2,12 bilhões de litros.

A região conhecida como Mapito, por reunir a novíssima fronteira agrícola em expansão no Maranhão, Piauí e Tocantins, reforçada pelo nordeste de Mato Grosso, segundo dados da empreiteira CR Almeida, uma das empresas que participam



da implantação do trecho norte da FNS, dispõe de uma área potencial em torno de 16,9 milhões de hectares, dos quais 4,23 milhões deverão ser utilizados para a produção agrícola, estimando-se uma produção de 12,2 milhões de toneladas. O dado compara-se com a previsão de movimentação de 8,8 milhões de toneladas de grãos pela ferrovia em 2013, diante de 1,7 milhão transportados em 2007.

VOCAÇÃO PARA A BIOENERGIA

Projeções e estudos preliminares contratados pela Valec apontam a possibilidade de implantação de 42 usinas de etanol e biocombustíveis ao longo da ferrovia nos trechos entre o sul do Maranhão, norte e centro de Goiás, passando obviamente pelo Tocantins. Desse total, prevê-se a instalação de 24 unidades no Tocantins, 11 novas plantas em território goiano e sete para o Maranhão, com potencial para produzir, anualmente, em torno de 180 milhões de litros de álcool, equivalente a 8,5% da produção esperada para Goiás na safra 2008/2009, em torno de 2,121 bilhões de litros.

A Valec estima, ainda, que cada um daqueles empreendimentos exigirá investimento médio de R\$ 328 milhões, o que corresponderia a uma injeção de recursos da ordem de R\$ 13,80 bilhões em valores aproximados. Essa parece ser apenas uma parcela dos recursos que a região poderá atrair, embora sua vocação principal pareça estar mais identificada com as possibilidades da bioenergia em suas várias formas. ■

Ponte ferroviária sobre Rio Tocantins: traçado já em operação reduziu custos de frete para escoamento de carga na região

tecnologia de produção mais limpa

Limpo, econômico e eficiente

Fieg, por meio do Senai e do IEL, prepara a instalação do núcleo de produção mais limpa, estimulando adoção de práticas sustentáveis

Quanto mais limpo o processo de produção, mais eficiente ele se torna, poupando o uso de recursos naturais, gerando menos resíduos e consumindo menos energia por unidade de produto. Os avanços ambientais vêm acompanhados, nesse processo, de ganhos econômicos, sustenta Elaine Lopes Noronha Farinelli, assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg.

No ano passado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu montar em todo o País uma rede de produção mais limpa (P+L), incentivando a instalação, nos Estados, de núcleos direcionados para aplicação dessa ferramenta, com suporte nas federações estaduais do setor. Segundo Farinelli, Rio Grande Sul, onde todo o processo começou, com a criação do Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), São Paulo, Minas Gerais e Bahia, entre outros, já dispõem de núcleos de P+L. Goiás se prepara para montar o seu.

O núcleo goiano será resultado de parceria firmada entre o Sistema Fieg, com a intermediação do Senai e IEL Goiás, Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas de Goiás (Sebrae-GO), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Secretaria Estadual de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). A formação do pessoal técnico que dará suporte ao núcleo será realizada por especialistas do CNTL, que se encarregarão de capacitar multiplicadores no Estado. A primeira reunião entre os parceiros para discutir a formatação do núcleo goiano ocorreu no dia 29 de julho do ano passado, na Fieg.

Entre os dias 2 e 5 de fevereiro deste ano, representantes da federação, do Senai, IEL Goiás e da UFG visitaram o CNTL, instalado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai/RS), com o objetivo de conhecer a rotina de trabalho daquela instituição e os serviços que presta às empresas. Além disso, o grupo percorreu três indústrias na região que já aplicam a metodologia P+L – a indústria de móveis Todeschini S.A., a Jackwal, fabricante de artefatos de metal, e a AGCO, que produz máquinas agrícolas da marca Massey Ferguson, Valtra e AGCO Allis, entre outras. O centro surgiu com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), por meio de programa lançado para instalar centros de produção mais limpa em países em desenvolvimento, detalha Farinelli.

O QUE É P+L

O método de produção mais limpa pressupõe a aplicação contínua de uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica preventiva, integrada a produtos e processos, destinada a ampliar a eficiência no uso de matérias-primas, da água, com aplicação de técnicas de reuso, e no consumo de energia.

A proposta é racionalizar o consumo de matérias-primas, evitando desperdícios e perdas, o que se traduz em custos menores para a indústria, sem afetar a capacidade produtiva, eliminando, reduzindo ou reciclando os resíduos gerados no processo. Trata-se de uma poderosa ferramenta, explica Elaine Farinelli, para o aumento da competitividade.



Melchíades Cunha: stent coronariano vai ganhar nova versão, com drogas antiocclusão

Scitech em primeiro

Empresa goiana, com tradição em desenvolvimento de soluções médicas inovadoras, terá R\$ 5 milhões para incrementar sua linha de pesquisas

Vencedora da etapa nacional do Prêmio Finep de Inovação, versão 2008, na categoria média empresa, a goiana Scitech Produtos Médicos terá a sua disposição uma linha de crédito no valor de R\$ 5 milhões para turbinar sua divisão de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. A empresa, afirma seu diretor, Melchíades da Cunha Neto, prepara um “projeto guarda-chuva” para apresentar à Financiadora de Estudos e Projetos

(Finep), contemplando os principais trabalhos em andamento.

Entre outros, deverão ser contemplados os projetos de desenvolvimento da endoprótese de aorta e de uma partícula em PVA (acetato de polivinila) para tratamento de miomas. No primeiro caso, os pesquisadores da empresa, em parceria com um médico de Belo Horizonte, desenvolvem um ventrículo artificial, à base de plástico, metal e polímeros, para pacientes à es-

pera de transplante cardíaco.

“A endoprótese amplia a sobrevida do paciente, embora requeira uma técnica um pouco mais invasiva do que os demais produtos de nossa linha”, comenta Cunha Neto. As partículas de PVA, ao contrário, injetadas por meio de cateter, operam de forma a bloquear as artérias e vasos que alimentam o mioma, literalmente “sufocando” esse tipo de tumor, alojado no útero das pacientes. Alguns médicos, em casos assim, têm optado pela retirada do órgão, num procedimento mais agressivo e radical.

Pioneira no País no desenvolvimento de soluções inovadoras na área médica, com foco em técnicas cirúrgicas minimamente invasivas, a Scitech já havia vencido a etapa regional do Prêmio Finep em 2006, com seu stent coronário, lançado no mercado no ano seguinte. O mecanismo vai ganhar uma nova versão, com drogas que inibem o crescimento celular no interior do aparelho. O produto está em fase final de desenvolvimento.

Os investimentos em P&D, de acordo com Cunha Neto, têm sido mantidos na faixa entre 20% a 25% da receita e a empresa espera ampliar suas exportações, principalmente para o Oriente Médio. Entre 2005 e 2006, a Scitech aplicou um projeto de substituição de importações que elevou o índice de nacionalização de seus produtos de 35% para 80%.

ENTRE AS CINCO MELHORES

O Senai Nacional classificou-se em primeiro lugar no Prêmio Finep de Inovação 2008 da região Centro-Oeste, na categoria de instituição de ciência e tecnologia. A distinção coloca a organização entre as cinco mais importantes instituições da categoria no País. Entre outras ações igualmente inovadoras, o Programa de Inovação Tecnológica, criado em 2004 pelo Senai para estimular parcerias entre empresas e os departamentos regionais do órgão no desenvolvimento de pesquisas aplicadas, contribuiu para a premiação. No âmbito do programa, que tem como propósito o desenvolvimento de produtos e processos inovadores, foram patrocinados, até o ano passado, 69 projetos, gerando 12 patentes, ainda em processo de registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).



Remando contra a **maré**

Em meio à crise, indústrias dos setores de alimentos, vestuário, construção e embalagens plásticas conseguem crescer e continuam a investir



Não basta estar no lugar certo, na hora certa. É preciso ter a estratégia adequada e foco ajustado, além de boa dose de ousadia. A receita vem sendo aplicada por algumas empresas e setores da indústria, que têm conseguido não só preservar o crescimento, o que já seria um feito em meio à maré pessimista que varre o noticiário, mas ainda reforçam investimentos, posicionando-se para saltar à frente quando a economia se normalizar.

Em comum, algumas dessas empresas não dependem do mercado externo, apostam na demanda doméstica e têm financiado investimentos, até aqui, com recursos próprios. Esse é o caso da Bonini Alimentos Ltda, fabricante de maionese, catchup, mostarda e molhos de pimenta, de alho, para pizzas, molho inglês e shoyu.

Instalada em Nerópolis desde 2002, a indústria explora a marca Temperatti e atende ao segmento de food service em Goiânia e Brasília, nos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, Pará, Tocantins e em todo o Nordeste, segundo Jaques Jamil Silvério, diretor industrial e comercial da Bonini.

Silvério e seu sócio João Bosco Rosa, com quem divide o comando da empresa, não se intimidaram por conta da crise. Na semana anterior ao Carnaval, preparavam-se para contratar mais 20 funcionários para a linha de envase de azeitonas, recém-instalada. “Consumimos seis meses trabalhando

nessa linha, onde investimos R\$ 300 mil com recursos próprios”, afirma Silvério. Até então, o total de empregados somava 106.

As máquinas de envasamento vão produzir 55 copos por minuto, num total de 60 mil caixas por mês, usando tampas com tecnologia abre-fácil, desenvolvida pela Metalgráfica Rojek, de Cajamar (SP). “A balança incorpora tecnologia japonesa”, completa.



Bonini constrói nova planta

Instalada num terreno de 5,5 mil metros quadrados, com 1,8 mil m² de área construída, na saída para Anápolis, o espaço ficou pequeno para a Bonini, que se prepara para construir uma segunda unidade, num investimento estimado em R\$ 3,0 milhões. “Destá vez, 70% a 80% dos recursos sairão do FCO (o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)”, comenta Silvério. As novas instalações vão abrigar uma linha de enlatados à base de milho, ervilha e seleta de legumes.

O milho será o carro-chefe, prevendo-se o processamento de 120 toneladas por dia. “Vamos acompanhar todo o processo, desde a origem do grão até o envasamento”, diz o empresário, que aguarda a liberação pela prefeitura de uma nova área no distrito agroindustrial da cidade para a instalação da unidade. Saindo ou não a liberação, os sócios da Bonini estão decididos a comprar um alqueire de terra para abrigar

a expansão ou para futuros investimentos.

Silvério antecipa, ainda, a decisão de montar um centro de distribuição, com capacidade para expedir 70 toneladas diárias de carga, no terreno parcialmente ocupado pela planta de maionese e molhos. Além disso, a Bonini acertou parceria com uma grande empresa atacadista de Uberlândia, cujo nome ele ainda prefere manter sob sigilo. “Concluimos o acordo após um ano de ‘namoro’. Eles têm uma equipe com 850 vendedores e pontos de venda em todo o País, que deverá alavancar nossa distribuição e dar maior visibilidade à marca Temperatti.”

No ano passado, vendas e faturamento cresceram mais de 30%, sempre de acordo com Silvério, que mantém o otimismo mesmo diante da crise anunciada. “O mar não parece estar para peixe em 2009, mas nossa travessia não será tão árdua”. Em janeiro, prossegue, as vendas retomaram ritmo normal, recuperando-se dos maus resultados de dezembro e crescendo 10% na comparação com novembro e 40% frente ao primeiro mês de 2008, graças à maturação das novas linhas lançadas ao longo do ano passado, incluindo a maionese picante e em sachês de 200 gramas, do tipo “stand up pouch” – literalmente, sacola ou saco que para em pé.

Cristal Alimentos cresce na crise

Mais conhecida em função de sua marca líder no segmento de arroz, a Cristal Alimentos intensificou a diversificação de sua linha de produtos, espera continuar crescendo e programa novos investimentos para 2009. Crise? “Este é o momento para empresas sólidas e bem preparadas crescerem”, ensina Walterdan Fernandes Madalena, diretor-presidente da Cristal.

Fernandes afirma que a empresa conseguiu ampliar sua participação no mercado em todas as crises que enfrentou ao longo de sua história. “Passamos por tabelamentos e congelamentos de preços, enfrentamos mudanças de moeda e avançamos em todos esses momentos.” Para ele, não vai ser diferente neste ano. A empresa vai mais do que dobrar sua frota de caminhões até 2010, adquirindo 50 carretas bitrem neste ano e outro lote idêntico no próximo.

O investimento resultará na contratação de mais 100 pessoas, além das quase 500 que já emprega atualmente. Instalada num terreno com 131 mil m², dos quais 94 mil já ocupados, incluindo uma área coberta de 15 mil m², a Cristal produz 500 mil fardos de 30 quilos de arroz por mês e, desde o início de agosto do ano passado, incorporou a suas linhas o processamento mensal de 700 mil fardos de feijão, com aquisição de novas máquinas e construção de mais um galpão.

A produção é integralmente distribuída pela própria empresa, que dispõe de frota própria com 85 caminhões, fornecendo, além de arroz e feijão, também açúcar, farinha de trigo, macarrão, óleo de girassol e de milho para os mercados de Goiás, do Distrito Federal, Tocantins,



Walterdan Fernandes: momento para empresas sólidas crescerem

Maranhão, Piauí, Pará e da Bahia. “Temos a perspectiva de passar a explorar também o segmento de óleo de soja e, neste ano, vamos instalar a linha de empacotamento de açúcar, numa área construída de 5 mil m²”, adianta Fernandes.

O empresário prefere não falar em valores, mas deixa escapar que está planejada a aplicação de R\$ 20 milhões em tecnologia, com a compra de equipamentos mais modernos, e na construção de galpões. No ano passado, a empresa anotou crescimento de aproximadamente 40%, calcula. “Foi o ano em que mais crescemos.” Muito provavelmente, não será possível repetir o feito neste ano, mas o crescimento, diz ele, será “razoável”, arriscando como palpite taxas entre 15% e 20%.

Menos juros. E menos impostos

Enquanto tenta manter o otimismo do empresariado em alta, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio de seu Conselho Temático de Política Econômica, cobra medidas de caráter marco para amortizar os efeitos da crise. “Não podemos nos iludir. A economia brasileira será afetada, mas não podemos nos tornar reféns da crise”, sustenta Marley Antônio da Rocha, vice-presidente do conselho.

Ele acredita que a curva de crescimento será retomada em curto prazo, mas defende uma redução mais rápida da taxa de juros básica. “Seria importante, até sob o ponto de vista psicológico, que o Banco Central acelerasse a redução da Selic. Mas isso tem de ser feito logo, numa demonstração da confiança do BC na capacidade de superação da economia.”

LATICÍNIOS INVESTEM R\$ 100 MILHÕES

Neste ano, os laticínios Bela Vista, Marajoara e Ceres (Manacá) deverão realizar investimentos, na soma dos três, em torno de R\$ 100 milhões para instalação de três novas plantas do Estado, elevando a capacidade instalada de 13,1 milhões em 2008 para 15,0 milhões de litros por dia – um avanço de 14,5%, conforme dados do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite).



Jaques Silvério: “Nossa travessia não será tão árdua”



Mário Renato Azeredo: “Movimento normal para esta época do ano”

Localizadas em Bela Vista, Hidrolândia e Rianópolis, afirma Ananias Justino Jaime, vice-presidente do sindicato, as usinas deverão ser inauguradas até o final do ano, a depender de alguns “acertos tributários” ainda em negociação com a Secretaria da Fazenda de Goiás (Sefaz-GO).

A indústria de embalagens plásticas sentiu a crise, mas ainda não opera com ociosidade, segundo Aurelino Antônio dos Santos, presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago). Com aproximadamente duas centenas de empresas operando nos segmentos de sopro, injeção e filme plástico, a indústria registra em torno de 6 mil empregados e vê 2009 com um “otimismo cauteloso”, na tradução de Santos. “Com prudência, esperamos alguma melhoria a partir de março”, reforça. O que se nota é que empresas de maior porte foram mais prejudicadas do que as menores, diz ele.

LAJES E CONFECÇÕES PRESERVAM EMPREGOS

Pela primeira vez em 28 anos, as empresas Lajes Santa Inês e Trelixa Centro-Oeste decidiram dar férias coletivas a seus 40 empregados entre o Natal e o ano-novo, retomando o trabalho no dia 5 de janeiro. “Foi uma reação ao que víamos na televisão sobre a crise internacional. Antecipamos toda a produção em dezembro para atender nosso mercado”, lamenta-se Mário Renato Guimarães de Azeredo, sócio das duas empresas e diretor do setor de lajes no Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento).

O mercado, diz ele, não está pior nem melhor do que em outros anos. “O movimento está normal para esta época do ano. Certamente não está tão ruim quanto a televisão alardeia”, provoca. Para fazer valer seu ponto de vista, Azeredo afirma que está investindo na compra de um caminhão para fazer entregas em Goiânia, serviço que havia sido terceirizado.

A indústria do vestuário, de acordo com José Divino Arruda, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest), ainda não percebeu qualquer repercussão da crise. A exemplo da indústria de lajes, as confecções também não haviam realizado demissões até o final de fevereiro. “O setor não depende de crédito de terceiros e obteve a redução do ICMS para zero nas operações interestaduais e de 17% para 7% nas vendas dentro do Estado, o que deve reforçar o fluxo de caixa, além de atrair novas indústrias para Goiás”, aposta ele.



Em “guerra”, pelo crescimento

Senadores, deputados e empresários de Goiás defendem reformas estruturais, menos impostos, mais crédito e investimentos para o Estado

Três senadores - Demóstenes Torres (DEM), Lúcia Vânia e Marconi Perillo (PSDB) - e 12 deputados federais - Carlos Alberto Leréia, Leonardo Vilela, Raquel Teixeira (PSDB), Francisco Abreu, Sandro Mabel (PR), Luiz Bittencourt, Leandro Vilela, Marcelo Melo, Pedro Chaves (PMDB), Pedro Wilson (PT), Ronaldo Caiado (DEM) e Jovair Arantes (PTB). Todos eles participaram da reunião extraordinária realizada pelo Fórum de Entidades Empresariais no dia 16 de fevereiro, quando foram lançadas as bases para uma agenda comum de propostas com as quais se pretende atenuar os efeitos da crise mundial sobre a economia goiana.

Entrincheirados na Casa da Indústria, sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), as principais lideranças políticas e empresariais goianas firmaram uma espécie

de pacto contra a crise, numa “guerra” declarada em defesa do crescimento, sustentado em medidas conjunturais de curto prazo e sobre reformas estruturais, de fôlego mais longo, destinadas a aprimorar a capacidade de competição das empresas.

A conjuntura econômica, os desdobramentos da crise e as negociações para a aplicação das medidas sugeridas pelo empresário - e apoiadas pela bancada federal de Goiás - passam a ser acompanhados por um comitê permanente, criado no âmbito do Fórum Empresarial, anunciou o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. O comitê responderá, ainda, pela interlocução com a bancada goiana no Congresso. “O País vem numa situação boa e não podemos deixar que a crise internacional atrapalhe”, declarou Paulo Afonso, ao destacar o “momento histó-

rico” vivenciado pela representação política de Goiás em Brasília.

UNIÃO DE FORÇAS

No documento entregue aos senadores e deputados, o fórum procura evitar alarmismos, mas reconhece que as estatísticas mais recentes sobre a produção industrial e o emprego “nos impõem uma única condição, que é a de reunir forças, de empresários e trabalhadores, às do governo federal, estadual e municipal com o objetivo maior de fazer com que os impactos (da crise) sejam os menores possíveis e para que possamos retomar o ritmo de crescimento entre 4% e 5% ao ano”. Paulo Afonso fez questão de destacar, no discurso em que apresentou o documento aos parlamentares, as diferenças entre as economias brasileira e, especialmente, a goiana frente ao restante do

mundo. “(A crise) tem sido mais amena no Brasil e mais amena ainda em Goiás”, disse.

O comentário de Paulo Afonso foi referendado por outra observação, feita pelo deputado Sandro Mabel, relator da reforma tributária na Câmara. Entre novembro e janeiro, disse ele, a indústria literalmente paralisou a produção e tratou de queimar estoques. “As empresas terão de retomar as compras agora e algumas têm percebido que o ajuste foi excessivo, pois tem ocorrido alguma reação em fevereiro. Em alguns setores, será necessário readmitir pessoal”, apostou, num tom de otimismo.

Convidados pelo presidente da Fieg, um a um, os dirigentes do Fórum Empresarial encarregaram-se de resumir as propostas aos parlamentares. José Evaristo dos Santos, da Fecomércio, criticou os juros altos e o spread excessivo praticado pelos bancos, assim como Pedro Bittar, da Acieg. Ambos lembraram que o País gastou, apenas no ano passado, R\$ 162,34 bilhões apenas para pagar juros sobre as dívidas interna e externa - 13 vezes mais do que todo o orçamento do Bolsa Família em 2009, que subiu para R\$ 12,34 bilhões com a inclusão de mais 1,3 milhão de famílias. Nos últimos cinco anos, as despesas com juros consumiram R\$ 767,30 bilhões ou 26% do PIB estimado pelo Banco Central para 2008.

A REFORMA “ESCONDIDA”

Para a agricultura, José Mário Schreiner, da Faeg, pediu tratamento mais justo e célere para as dívidas rurais, hoje acumuladas em R\$ 140 bilhões, e uma nova política agrícola, que se preocupe em fornecer crédito em volume e condições adequadas, em definir regras para um seguro rural eficiente, além de estabelecer sistemas de sustentação de preços e renda para o campo. “Diante de uma pequena retração da área plantada, na safra 2008/2009, a produção sofrerá queda entre 8% e 10%. A luz amarela já está acessa no setor”.

Em nome da Adial, o empresário Alberto Borges de Souza sustentou que a política de desenvolvimento adotada pelo Estado, lastreada em benefícios fiscais, tem funcionado como um “amortecedor para a crise”. Mas pediu aos

AGENDA DE PROPOSTAS

REFORMAS INSTITUCIONAIS

- Compromisso pela aprovação das reformas política, tributária, trabalhista, judiciária/segurança pública, administrativa e previdenciária;

FINANCEIRAS

- Aporte de mais R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;
- Mais recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste e para capitalização das agências regionais de fomento;
- Garantia de recursos e expansão do crédito para custeio agrícola; maior empenho na solução das dívidas rurais;
- Crédito para exportações, a taxas normais e sem exigências absurdas pelo sistema bancário;
- Criação de linhas especiais de crédito para capitalização de sociedades garantidoras de crédito e de cooperativas de crédito empresariais;
- Criação de linha de crédito emergencial para o setor sucroalcooleiro;
- Combate sistemático no Congresso ao absurdo patamar do spread bancário;
- Controle dos gastos correntes do governo em favor dos investimentos públicos;

INFRAESTRUTURA BÁSICA E SOCIAL

- Mais recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Goiás;
- Conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul no prazo anunciado;
- Retomada das obras do Aeroporto Santa Geneveva;
- Recursos para as obras do terminal de cargas do Aeroporto de Anápolis;
- Recursos públicos ou privados, por meio de concessão, para recuperação de rodovias federais em Goiás;
- Acelerar conclusão das obras da duplicação da BR-153;
- Recuperação urgente da BR-452 (Rio Verde-Itumbiara) e duplicação do trecho Goiânia-Mineiros da BR-060;
- Construção do alcooduto Senador Canedo-Paulínia;
- Construção do trevo de acesso ao Distrito Agroindustrial de Anápolis;
- Construção do novoanel rodoviário de Goiânia;
- Apoio ao programa federal de hidrovias no Centro-Oeste, em especial o corredor de exportação Centro-Norte;
- Investimentos em saneamento básico em Goiás;
- Inclusão de Goiás no programa de habitação popular do governo federal;

ADMINISTRATIVAS E POLÍTICAS

- Implantação da Sudeco, com recursos suficientes para influenciar o desenvolvimento do Centro-Oeste;
- Implantação de duas Zonas Especiais de Exportação (ZPEs) em Goiás;
- Apoio à negociação entre os governos de Goiás e federal, Celg e Eletrobrás;
- Moção ao Banco do Brasil para que abandone a fonte cadastral denominada “lista branca”, que impede pessoas e empresas que venceram na Justiça ações contra o banco de terem acesso a novos recursos do FCO;
- Guerra à burocracia estatal

parlamentares atenção à reforma tributária “escondida” na Medida Provisória 449. “O artigo 29 da MP veda a possibilidade de compensação entre créditos tributários e o imposto apurado pelas empresas, tornando mais difícil a recuperação desses créditos”. Adicionalmente, a medida cria dispositivos que sujeitam empresas incentivadas ao pagamento de Imposto de Renda sobre a parcela do benefício utilizado durante o exercício. Até aqui, os incentivos de fato recebidos podem ser lançados numa conta de subvenção a investimentos, tornando-se isentos do imposto.

SOBRE O TAPETE VERMELHO

O senador Demóstenes Torres atacou os órgãos ambientais, fazendo coro aos empresários presentes, que relacionam as exigências e a lentidão dos processos de licenciamento como um dos obstáculos ao investimento. “Quem quer investir é tratado como bandido”, disse o senador. Momentos antes, Paulo Afonso havia comentado: “Temos de estender um tapete vermelho para quem quer investir. Não podemos permitir que a burocracia impeça o investimento.”

Assim como seus colegas de bancada, Torres defendeu a política de incentivos fiscais do Estado. Marconi Perillo também criticou o excesso de medidas tributárias baixadas desde 1988 e o custo imposto a empresas não só em função da cobrança de tributos, mas da necessidade de manter caras estruturas para lidar com a burocracia tributária. Perillo questionou o projeto de reforma tributária, que transfere a cobrança do ICMS da origem para o destino e obriga os Estados a abdicar do direito de legislar sobre questões tributárias.

A senadora Lúcia Vânia relatou o trabalho que desenvolveu para a estruturação da nova Sudeco e para a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que deverá operar como uma agência de fomento nos moldes da agência criada pelo governo paulista. O deputado Ronaldo Caiado, líder do DEM, entre outros pontos, defendeu que a redução de impostos beneficie também produtos essenciais, como os alimentos.



Reynaldo Rocha
Jornalista

Com o exemplo de Lula a onda reformista pode até pegar. Mas é difícil saber se haverá tempo para isso

Reforma política

O governo Lula reenviou ao Congresso alguns projetos da reforma política. A principal proposta é a do financiamento público de campanha. Também estão na lista novas tentativas de implantação da fidelidade partidária e a cláusula de barreira para que os partidos possam se manter em atividade.

Quando se diz que a elite política resiste às reformas desde que elas tragam inconveniências para certos interesses localizados está se dizendo em parte a verdade. No caso da reforma política é uma verdade completa. Mesmo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal de que o mandato eleitoral pertence ao partido, muitos parlamentares se opõem em feroz resistência, garantindo o que lhes parece um ganho pessoal e se lixando para o que diz a lei. Não vai ser fácil, portanto.

Para aprovar os projetos, o governo vai ter de entrar numa extensa jornada de negociações. E sob o risco - trivial na política brasileira - de ter de ceder, dando alguma vantagem para chegar aonde quer. As versões anteriores da reforma política pararam no meio do caminho. Coincidentemente relatadas por dois parlamentares goianos, Ronaldo Caiado e Rubens Otoni, feriam os tais interesses localizados e foram parar na gaveta de algum gabinete no Congresso Nacional.

Quando estava na presidência da República, Fernando Henrique Cardoso dizia que a reforma política, pela sua complexidade, deveria ser decidida pelos partidos e pelos seus representantes no Congresso. Num primeiro momento de seu primeiro governo, Lula seguiu o conceito, mas agora muda de posição e

retoma o tema com o reenvio dos projetos à Câmara dos Deputados. E insere um pequeno embrião de reforma quando propõe regras para a transição no poder nas suas três esferas para que o sucessor não sofra com o malfeito do antecessor.

Com o exemplo de Lula a onda reformista pode até pegar. Mas é difícil saber se haverá tempo para isso, pois é este um ano pré-eleitoral. Por essa característica, 2009 talvez não se preste para emplacar a reforma. E 2010, ano de eleições gerais no País, nem pensar. Mas antes que a reforma comece a andar, seria bom recorrer-se ao conceito e à expectativa daquele que ela pode beneficiar, que é o eleitor. Afinal, se o eleitor não está ligado, para que então reformar? ■





Você já ouviu falar em armário embutido?

A João Rosa Industrial de Móveis, uma das indústrias pioneiras do setor em Goiás, foi também a primeira a fabricar no País essa peça já tradicional



“TENHO ORGULHO DE DIZER QUE FOMOS OS PRIMEIROS A FABRICAR ARMÁRIOS EMBUTIDOS NO BRASIL”



João Rosa Filho aprendeu a arte da carpintaria na Escola Técnica Federal de Goiás, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, de onde saiu, em 1948, para criar a Serraria e Carpintaria Meia Ponte, primeira indústria da então Vila Operária, no quilômetro 6 da antiga estrada para Anápolis.

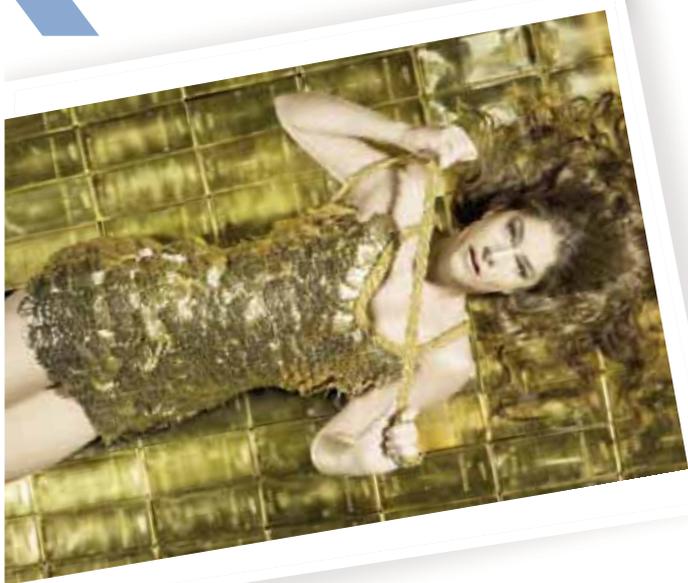
Trabalhava 20 horas por dia, fornecendo madeira para obras em Goiânia, ainda em seus primórdios. Em 1956, a fábrica passou a produzir armários embutidos, na primeira investida de uma empresa neste setor no País. “Tenho orgulho de dizer que fomos os primeiros a fabricar armários embutidos no Brasil”, repete Rosa Filho, que no ano passado foi agraciado com a Ordem do Mérito Industrial, comenda conferida pela Fieg aos empresários de destaque no Estado.

Depois chamou-se Madeireira Meia Ponte e, em 1964, a empresa mudou seu nome para João Rosa Industrial de Móveis, mantido até hoje, segundo o empresário. E mudou também de endereço, instalando-se no Residencial Sonho Dourado, sempre na capital do Estado. A indústria cresceu no embalo da construção de Brasília, da usina de Cachoeira Dourada, na década anterior, e da Estrada de Ferro, entre outras obras. Mas esses foram outros tempos, lembra Rosa Filho, quando figurava entre os dez maiores contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Com um portfólio que inclui 60 itens ou modelos de móveis, em torno de quatro dezenas de empregados e uma produção mensal equivalente a 25 metros cúbicos, a indústria dispõe de uma capacidade instalada bem superior ao que produz. Mas Rosa Filho, com generosidade, acha que não precisa de muito mais do que tem.



João Rosa Filho, portfólio de 60 modelos de móveis e 40 empregados: “Não preciso mais do que isso”



■ A partir desta edição, **Goias Industrial** abre espaço para esta coluna, assinada pela jornalista Renata Dos Santos, que trará assuntos diversos e de bastidores das entidades da indústria

CONDOMÍNIO DE TRABALHO

▮ Manoel Paulino Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis), começou o ano animado. Estão a todo vapor os trabalhos de construção do primeiro condomínio moveleiro do Estado, em Senador Canedo. Em fase de levantamento topográfico e de APL (Arranjo Produtivo Local), já no segundo semestre a nova área começará a receber as primeiras edificações, de um grupo de 12 indústrias goianas.

MENINA DE OURO

▮ A atriz Priscila Fantin trará brilho para evento da AngloGold Ashanti (Serra Grande), em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e o governo do Estado, dia 23 de abril. Ela vai desfilhar pela festa, que terá como palco o Palácio das Esmeraldas, com um vestido de folhas de ouro que pesa quase 10 quilos. Os anfitriões da bela são Hélcio Guerra, presidente da AngloGold, Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, e governador Alcides Rodrigues.



▮ O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e diretores, durante a festa tailandesa que fechou as atividades de 2008 da diretoria da entidade. Além da animação dos convidados na pista de dança, a decoração e as comidinhas inspiradas no exotismo do país asiático contagiaram a todos.

CENÁRIO PARA A ECONOMIA

▮ Numa promoção do Simelgo, o professor Aurélio Troncoso, da Faculdade Alfa, realizou palestra para convidados no dia 19 de fevereiro, no Palácio da Indústria, analisando o cenário econômico atual e as perspectivas para a economia neste ano. Na foto, Troncoso entre Suely de Carvalho Siqueira e Orizomar Araújo Siqueira, presidente do Simelgo.



HAPPY HOUR

!!! Eduardo Cunha Zuppani, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindquímica), já gera expectativa com seus happy hours que começam este mês. Ele quer unir, num mesmo evento, conhecimento técnico e de órgãos reguladores, além do estreitamento de relações entre empresas filiadas. O happy hour será realizado mensalmente, em restaurantes diferenciados da capital. Som ambiente ou música ao vivo também estão previstos no encontro, que vai juntar palestrantes técnicos das áreas química e farmacêutica, representantes de órgãos reguladores, como a Anvisa, e associados de todo o Estado em bons momentos.



!!! O empresário Antônio de Sousa Almeida, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego) e do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg, promoveu encontro de confraternização da classe no Clube Antônio Ferreira Pacheco, sob animação da banda de João Garoto. O empresário, dono da Kelps, acertou em cheio ao escolher o samba para embalar os convidados, numa festa que inovou em descontração e contou até com espetáculo de mágica.

AGENDA PESADA

!!! Sandro Mabel tem se desdobrado para cumprir agenda política e empresarial extensa. Na Câmara dos Deputados, lidera a bancada do Partido da República (PR) e comanda a relatoria da reforma tributária, um dos temas mais polêmicos hoje no País. Quando está em Goiás, Sandro divide-se entre as empresas do Grupo Mabel e o PR regional, além de dirigir o Sindicato da Indústria de Alimentação de Goiás. Bem humorado, Sandro não reclama do volume de trabalho. "Só sinto falta da família, mas todos acabam entendendo a correria".



!!! O Diploma e a Medalha do Mérito Industrial, versão 2008, foram entregues aos empresários Antônio Fábio Ribeiro, João Rosa Filho, José Alves Fernandes Filho, Luiz Lopes de Lima, Mauro Borges Teixeira, Oton Nascimento (in memoriam) e Sultan Falluh, no dia 14 de novembro.



!!! Paulo Afonso Ferreira e a mulher Solange em evento social de fim de ano da Fieg. Otimista, ele repassou uma mensagem positiva ao defender que a crise também pode significar momento de oportunidades.

MOBILIÁRIO 2

!!! Nos próximos meses, outras ações que movimentam a gestão do Sindmóveis serão as viagens do grupo de 35 empresários do segmento. Muitos já afixam as malas para feiras em Bento Gonçalves (Feira Internacional de Máquinas, Matéria-Prima e Acessórios), em março, e Milão, em abril.



!!! O empresário Flávio Ferrari, presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce), adiantou que o grupo de expositores da Franca Primavera Verão, evento que movimentará o Parque de Exposições Anhembi, em julho, contará com cerca de dez expositores goianos. Mais que competitivo, o produto precisa ser diferenciado, é a dica de Ferrari, que incentiva a busca e a agilidade tanto na descoberta de nichos de mercado como na qualificação de trabalhadores e processos.

Simplago

Sacolas plásticas

As indústrias de material plástico esperam que a Assembleia Legislativa aprove, em segunda votação, as alterações na lei que determina a substituição dos sacos plásticos convencionais por sacolas oxibiodegradáveis. Originalmente, as empresas teriam até junho deste ano para concluir a transição. O setor pede mais cinco anos para que a indústria possa se adaptar. “Sem a prorrogação, cerca de 20 empresas correm o risco de fechar as portas, causando desemprego para 2,5 mil funcionários”, afirma o presidente do Simplago, Aurelino Antônio dos Santos.



Aula inaugural do curso reuniu lideranças empresariais e de trabalhadores, na sede do Sindmetal

Simelgo

CURSO INÉDITO

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado de Goiás (Simelgo) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Goiânia (Sindmetal) promovem, em parceria, o primeiro curso de qualificação profissional para cortadores e dobradores de chapas metálicas do Estado. Numa iniciativa inédita, o curso, gratuito, está previsto em uma das cláusulas da convenção coletiva de trabalho firmada entre as duas partes e será ministrado pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, de Goiânia.



Sinvest

Goiás Mostra Moda

O Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest) realiza, entre 22 e 26 de junho, a 1ª Goiás Mostra Moda, no Centro de Convenções de Goiânia. A expectativa, segundo o presidente do sindicato, José Divino Arruda, é de que o evento possa alavancar a produção e as vendas do setor, funcionando como uma janela para apresentar a todo o País a moda produzida no Estado.

Apoio empresarial

A aula inaugural do curso ocorreu no dia 2 de fevereiro, na sede do Sindmetal, no Setor Aeroporto, em Goiânia. A qualificação tem apoio das empresas Perfinasa, onde ocorreu uma das aulas práticas, Ferrobraz, ambas instaladas na capital, e da Newton, baseada em Limeira (SP), uma das maiores fabricantes de guilhotinas e dobradeiras de chapas metálicas da América Latina. O setor de corte e dobra responde pela fabricação de vergalhões, vigas, chapas metálicas, gôndolas de supermercado e suportes diversos, entre outros produtos.

União de forças

“Simelgo e Sindmetal abrem novos caminhos na relação sindical, reforçando seu poder de ação e de mobilização”, afirma o presidente do Simelgo, Orizomar Araújo Siqueira. No mesmo tom, Roberto Ferreira, presidente do Sindmetal, acha que “os sindicatos estão dando uma lição de entendimento entre capital e trabalho, ao promoverem um curso que vai concorrer para a geração de emprego e criar novas oportunidades de qualificação profissional”.

Sinprocimento

Qualidade de lajes

O Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), de acordo com seu presidente, Marley Antônio da Rocha, concluiu em abril o Programa Goiano de Qualidade de Lajes (PGQL), com a qualificação de 21 empresas. Com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e do Sebrae Nacional, as empresas participantes receberam capacitação em gestão, processo de produção, qualidade de produto ao longo de 18 meses de cursos e treinamento, num investimento de R\$ 480 mil.

Blocos de concreto

Ainda neste mês de março, o Sinprocimento planeja iniciar um novo programa de qualificação, desta vez direcionado a fabricantes de blocos de concreto. O sindicato ainda negocia parcerias para financiar o projeto, mas já tem assegurada a participação do IEL Goiás, como gestor, e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP). A intenção é que o curso tenha duração também de 18 meses, atendendo a 22 empresas já inscritas, envolvendo um custo total em torno de R\$ 300 mil.



Sinduscon

HABITAÇÃO E PREFEITOS

Mais de 300 convidados, entre eles 70 prefeitos, senadores, ex-ministros e lideranças empresariais (foto), participaram do 1º Encontro Sinduscon/AGM, promovido no dia 5 de fevereiro pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás e pela Associação Goiana de Municípios. Segundo o presidente do Sinduscon-GO, Roberto Elias Fernandes, o evento debateu políticas para o setor habitacional e gestão urbana, permitindo a troca de experiência e maior aproximação entre gestores públicos.

Restauração

Entre os imóveis cadastrados no Projeto Viva e Reviva Goiânia, seis foram escolhidos para participar do programa, que tem como objetivo restaurar imóveis antigos, de valor arquitetônico e histórico, na área de tombamento federal definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) no Centro da capital e em Campinas, colaborando com a revitalização das duas regiões. O projeto nasceu da parceria firmada entre o Sinduscon-GO e o Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC).

Passo a passo

Numa primeira etapa, já concluída, os imóveis selecionados foram submetidos a um levantamento fotográfico e avaliados pela comissão julgadora do programa. O passo seguinte será a execução das propostas de estudos de cores e dos orçamentos, seguindo-se a assinatura dos contratos com os proprietários dos imóveis e o início da execução das obras de restauro das fachadas.

Sindirepa

Parceria com Senai Goiás

O início dos cursos de aprendizagem industrial e de qualificação profissional nas áreas de funilaria e pintura de veículos, respectivamente em meados de fevereiro e no final da primeira quinzena de março, marcam o começo das atividades da oficina montada na Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia, para atender ao setor. A iniciativa é resultado da parceria entre Senai Goiás e Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa), com a participação das empresas Moura e Global Car, que cederam espaço em suas oficinas para avaliação prática dos alunos. O sindicato, que participou da etapa de montagem da matriz curricular, vai também colaborar na avaliação do perfil do profissional na conclusão da formação. Por solicitação do Sindirepa, as primeiras turmas serão direcionadas para atender a empresas multimarcas do setor, por meio do “contrato de aprendizagem industrial” e inserção da qualificação industrial.

Novo portal

Em sua primeira reunião ordinária do ano, realizada no final de janeiro, o Sindirepa apresentou aos seus diretores e convidados o novo portal do sindicato, ferramenta que será utilizada para difusão de informações de forma mais dinâmica..



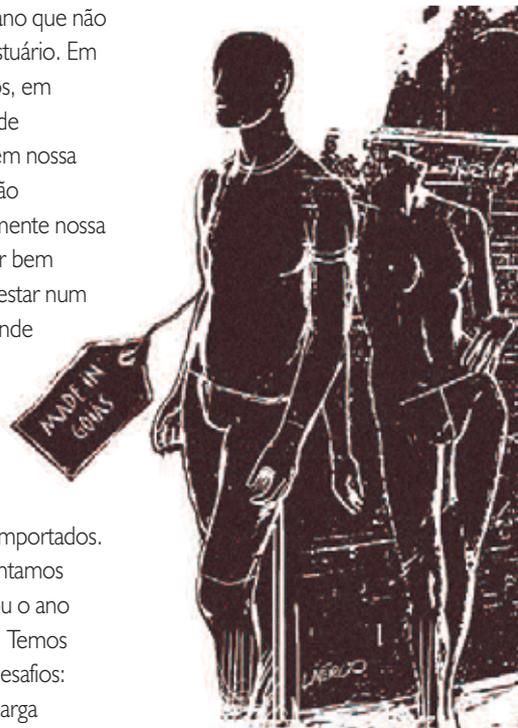
Temos de atuar junto ao governo para que haja uma política de combate à concorrência desleal

José Divino Arruda
Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest)

Confecção goiana mostra sua cara

Acabamos de sair de um ano que não foi bom para a indústria do vestuário. Em primeiro lugar, nos ressentimos, em 2008, da falta de uma política de incentivos. Depois, falhamos em nossa estratégia de comunicação. Não soubemos divulgar adequadamente nossa produção que, apesar de já ser bem conhecida e referenciada por estar num centro reconhecido como grande nesse setor, tem perdido competitividade em relação a outros Estados. Sem falar no avanço da informalidade nas feiras livres onde proliferam os produtos importados.

Para completar, nos defrontamos com a crise financeira que virou o ano acuando a atividade produtiva. Temos assim, hoje, um conjunto de desafios: informalidade em alta escala, carga tributária elevada, concorrência desleal com o produto importado (especialmente o chinês) e, por último, a falta de crédito e os juros altos. Percebemos a preocupação do presidente Lula com a atual situação, especialmente em relação aos cortes no mercado do emprego. E assim alimentamos a esperança de que decorra um benefício concreto. Essas intervenções pontuais fortalecem as empresas de forma indireta, ou seja, se o governo age para preservar e estimular o consumo, há repercussão no setor



industrial, dando fôlego para quem continua produzindo.

Mas não temos de ficar chorando sobre o leite derramado. Antes de mais nada, temos de nos preocupar com a qualidade do produto goiano, com o foco na regra do custo-benefício: ainda que o consumidor pague um pouco mais pelo produto, a qualidade compensa. Numa situação de crise, um dos paliativos é a redução do custo operacional e da própria margem de lucro. Essa é a nossa

missão. Externamente, temos de atuar junto ao governo para que haja uma política de combate à concorrência desleal. Outra providência é reivindicar uma política industrial que fortaleça o segmento da confecção. E propor uma fiscalização rígida com relação aos produtos originados da China e de outros países, pois da forma como está perdem muito as empresas, mas perde também o governo, pelo avanço da informalidade no processo de comercialização desses produtos.

As dificuldades são muitas, mas temos de ter o desassombro de enfrentá-las. E vamos enfrentá-las com o mesmo dinamismo de sempre, pois é esta - a indústria do vestuário -, uma classe trabalhadora, constituída em sua maioria por micro e pequenas empresas, ou empresas familiares, e que gera mais de 100 mil empregos. Em muitos casos, crescemos pela necessidade, nos sentindo às vezes sem pai, sem mãe e sem parteira, por nem sempre termos o apoio da representação política em todas as esferas, a municipal, a estadual e a federal.

Mas devemos nos manter otimistas, por algumas razões. Uma delas é o projeto de lei que o governador Alcides Rodrigues encaminhou à Assembleia Legislativa beneficiando as confecções com a isenção de ICMS nas vendas externas e redução de 17% para 7% nas vendas dentro do Estado. E estamos preparando para o mês de junho a Goiás Mostra Moda, feira que vai trazer o Brasil para cá, para mostrar nossa cara e, quem sabe, receber o reconhecimento definitivo de nosso valor. ■

Não deixe sua vida



virar fumaça.

Campanha antitabagismo do SESI Goiás.



www.sesigo.org.br



O número é grande. Nosso orgulho também.

Mais que uma estatística, o número para o Instituto Euvaldo Lodi representa pessoas. Jovens estudantes que passaram pelo Programa de Estágio e hoje são profissionais que concretizaram sonhos, projetos de vida e planos de carreira.

**www.
sitedoestagio
.com.br**